



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

ATA Nº 37/XIII-2º/2021-25

1 - Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, pelas 21H00, na Sala Pablo Neruda, Fórum Romeu Correia, sita na Praça da Liberdade, em Almada, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de junho da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 – Período de Antes da Ordem do Dia;

3 – Período da Ordem do Dia.

2.1 – Deliberações da Assembleia Municipal Jovem de Almada 2023 – apresentação pela Porta-Voz da AMJA.

3 - Período da Ordem do Dia:

3.1 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração da minuta do contrato de compra e venda de 111 frações autónomas de estacionamento e 4 frações autónomas afetas a comércio/serviços sitas na rua Comandante António Feio, 26 e 26 A, em cumprimento do determinado pelo Tribunal de Contas”;

3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Orçamentais Consolidadas do ano de 2022”.

3.3 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal;

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Ivan Costa Gonçalves e pelo 1º Secretário Ivo Filipe de Almeida e a 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Olga Natália Maia Mariano (PS); Bruno Ramos Dias (CDU); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Geraldês (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); Luís Amado Durão (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); João Pedro Guterres Peixoto Pereira (CHEGA); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 – Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 42º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS), Maria Amélia de Jesus Pardo (CDU); Inês Pezarat Correia Bom (BE), Karim Hassam Quintino (BE), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Luisa Freire Galvão (PS), António Paulo Júnior (CDU), Pedro Miguel Celestino Pereira (BE) e Fátima Maria Silva Nogueira Marras (BE).

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Paulo Ricardo Correia Figueiredo; a Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito João Eixa os Santos e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, José Ricardo Martins (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito João Quintino.

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registaram-se faltas.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência do Senhor Vereador Filipe Pacheco; Senhor Vereador Nuno Matias; Senhor Vereador José Luis Bucho; Senhora Vereadora Joana Rodrigues Mortágua.

4.3 –Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:

4.3.1 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU) sobre “A devolução do IRS”, enviado para a Câmara Municipal em 13/01/2023, ainda não foi respondido;

4.3.2 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU) “Solicitação do documento contendo o levantamento do estado de conservação do parque escolar municipal à data da transferência de competências da Administração Central para a Administração Local”, enviado para a Câmara Municipal em 16/06/2023, ainda não foi respondido;

4.3.3 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) “Esclarecimentos sobre o Edital nº 70/2022 – Divisão de Fiscalização, Contraordenações e Execuções Fiscais”, enviado para a Câmara Municipal em 30/09/2022, foi respondido em 28/04/2023;

4.3.4 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) “Pedido do estudo realizado sobre os fogos de artifício sem ruído”, enviado para a Câmara Municipal em 22/06/2023, ainda não foi respondido;

4.3.5 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) “Esclarecimentos sobre o plano para as matilhas de Almada”, enviado para a Câmara Municipal em 22/06/2023, ainda não foi respondido;

4.3.6 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) “Solicitação dos relatórios de monitorização por parte da Câmara Municipal de Almada e dos SMAS, à vala do 2º Torrão, elaborados e assinados entre 2020 e 2022”, enviado para a Câmara Municipal em 31/05/2023, ainda não foi respondido;

4.4 – Referiu ainda o Senhor Presidente a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/as Senhores/as Deputados/as Municipais.

4.5 – Foram distribuídas atempadamente as Atas nº 31/XIII-2º/2021-25, 32/XIII-2º/2021-25, 33/XIII-2º/2021 25 e 34/XIII-2º/2021-25 e colocadas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade, e ratificadas as respetivas Minutas, nos termos do nº 2 e 3, do artigo 34º, do Código do Procedimento Administrativo.

5 – Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes Fernando Gheiner, Nuno Passinhas, Henrique Torres, Rita Ferrinho, Sofia Ventura, José Oliveira, José Norberto Costa, Maria da Glória Pedroso, Aníbal Ferreira, João Augusto, Nuno Custódio, Joana Sofia Bom, Maria João Figueiredo, Filipe Passos.

5.1.1 – O Senhor Múncipe Fernando Gheiner:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Hoje venho falar sobre agricultura e vim falar sobre isso por dois motivos.

Eu sou produtor rural na região de Palmela e estava no Almada Green Market e as barracas ao meu redor eram todos produtores de fora de Almada como eu, e fiquei a pensar nisso um pouco.

Na nossa região Palmela, nós temos tido conversas muito interessantes com as autoridades locais sobre políticas públicas para incentivo da agricultura regenerativa. Eu vou evitar usar o tema agricultura regenerativa e vou usar mais o tema agroecologia que inclui várias formas de agricultura regenerativa como a agricultura biológica, agricultura natural, agricultura dinâmica entre outras.

Então, eu fiquei a pensar, será que em Almada também poderíamos ter esse tipo de conversa? E então fui procurar a produção agrícola de Almada e achei os dados INE e achei um pouco engraçados, mas, vi que tinham



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

530 hectares em superfície de exploração, 25% deles com pecuária, e eu acho engraçado porque eu passo com os meus filhos quando os levo à escola e vejo umas cabras e eles dizem estas são as cabras magras de Almada, porque é uma produção pecuária que eu não sei muito para que serve nem se alguém consegue se sustentar dessa produção.

Mas voltando ao assunto sério, a nossa iniciativa como produtores na região de Setúbal, é tentar ter uma forma de ter a produção agriológica produzindo efetivamente, os alimentos para o Município, tornado a região uma região regenerativa de agricultura regenerativa. Eu fiquei a pensar, a parte da educação de Almada, Cidade Educadora, porque não Almada Cidade regenerativa? Mas isso pode ser fácil de falar, mas acho que é um processo complexo, eu estava a fazer as contas pelo INE, e tem quase 90 mil habitantes em Almada, se cada um comer um quilo de alimento por dia, são 90 toneladas por dia. Então, um projeto de agricultura regenerativa consegue produzir no Brasil 70 toneladas ano. Se aqui nós fizermos, para facilitar as contas, 45 significa que precisaríamos de 730 hectares, o que é muito bom. Primeiro, porque tem 530 hectares já utilizados em Almada, fora o que não é utilizado, e segundo, porque a partir de 500 hectares conseguimos ver mudanças no microclima. Portanto, fica esta pergunta: chove em Sintra porque tem árvores, ou porque tem árvores chove em Sintra. Chove em Sintra porque tem árvores. No Brasil nós tiramos as árvores do pantanal e da Amazônia, e está chovendo menos. Se nós aqui conseguirmos fazer uma forma de Agriologia, nós podemos reverter um pouco a situação de mudança climática acentuada que estamos a viver o que seria interessante

Segundo ponto interessante, é que hoje Almada tem 530 hectares declarados como superfície agrícola utilizável. Ou seja, estamos muito perto de 700. Agora, como é que poderíamos caminhar para Almada Cidade regenerativa? Primeiro precisaríamos de ter políticas públicas que apoiassem isso, a ocupação dos terrenos que não estão em uso ou que estão em uso com baixa produtividade, para ter uma ideia o rendimento médio é por exploração de Almada, é 8 mil euros. Se tirarmos custos de 8 mil euros, não vive ninguém e não emprega ninguém com 8 mil euros. 25% das explorações agrícolas de Almada tem tempo integral. Ou seja, 75% das produções, sequer as pessoas conseguem viver naquilo. No meu projeto eu tenho mesmo 1 hectare e tenho 3 pessoas a trabalhar comigo. E se eu conseguir tirar as 45 toneladas que é o meu projeto, vendendo a 2 euros o quilo, são 90 mil euros dia facturamento anual.

Portanto, essa é a perspetiva de um projeto de agricultura de alta densidade que além de estarmos plantando água no Município, ele consegue gerar emprego e renda para a população local, diferente do cenário que vemos hoje nos dados no INE. Acho que as políticas públicas para ocupação de território de agricultura regenerativa são importantes. Mas outro ponto fundamental seria ter assistência técnica e para isso temos a Universidade Nova instalada no Concelho, que tem enormes terrenos e tem uma Faculdade de Agronomia que funciona em Lisboa, o que para mim não faz sentido algum, porque eles têm área que sobra aqui para praticar todo o tipo de atividade e ainda assim o campo estará em Lisboa.

Acho que seria importante ter essa parceria com a Universidade, importante ter políticas públicas para o uso do território, importante ativar zonas que já são definidas como zonas de floresta, por exemplo, Santo António de Caparica, do lado da Orta comunitária, tem uma área de agro floresta que não é utilizada. Agora é utilizada só pelas canas. Se nós fizermos um esforço, nós podemos caminhar nessa direção.”

No Monte de Caparica temos o terreno da Cooperativa Agrícola que tem uma placa a dizer vende-se. Acho que é uma chance voltarmos com o movimento regenerativo para agricultura de Almada.”

5.1.2 – O Senhor Município Nuno Passinhas:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu trabalho numa Associação de Pais e vim falar um bocadinho sobre a comunidade educativa, porque acho que a comunidade educativa somos nós, somos um todo, os trabalhadores da educação, docentes e não docentes, as famílias, o Poder Local, o Poder Governamental e principalmente as crianças.

Ao longo do tempo que eu trabalho na educação, são 18 anos, tenho reparado que nesse triângulo os trabalhadores defendem melhores salários, melhores condições e melhor trabalho ao Governo. E pedem maior participação aos pais e às famílias. As famílias pedem a uma força de trabalho que está descontente, mais empenho, mais disponibilidade, mais qualidade no ensino e exigem ao Poder Local melhores condições moveis



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

e imoveis, e melhores infraestruturas. Neste ponto, os trabalhadores acho que concordam. O Poder Local e o Poder central, contentam-se com um parque escolar decrepito, a manutenção das infraestruturas é parca, e é desorganizada e acho que nos acomodamos um bocado a um sistema de ensino arcaico e desatualizado. Por isto, acho que devíamos mudar um bocadinho.

No topo deste triangulo, há uma coisa que faz o triangulo tornar-se uma pirâmide, que são as crianças e é por causa delas e é só para elas que a comunidade escolar existe, que nós existimos, elas são o nosso futuro. Pergunto-me muitas vezes quem é que defende os interesses delas na comunidade educativa e pergunto-me também muitas vezes qual é a educação que eles precisam realmente, se é esta que lhes estamos a dar ou se são os antigos valores que os nossos avós nos davam e nós dizemos: "isso está-se a perder".

Nesse pressuposto acho que é nossa responsabilidade de todos de fazermos com que esses valores não se percam com que não haja crianças a aprender com medo, não haja crianças a aprender com fome, a que a comunidade se junte finalmente e defenda os verdadeiros interesses a serem defendidos que são os das crianças. Acho que temos poder para mudar, para sermos diferentes, para ser melhores pelas as nossas crianças e pelo futuro que são elas e os ensinamentos que lhes damos podem criar esse melhor futuro.

Este preambulo todo leva-me à questão que eu trago ao executivo, depois de ler o normativo da escola a tempo inteiro que na secção 1, no ponto 8 e no ponto 9, diz que o Município acha que não é exequível a aplicação do normativo sem o auxilio de uma entidade parceira para garantir horários não letivos, deixando uma adenda, dizendo que pode haver exceções por parte da análise do Município. Como trabalhador de uma Associação de Pais, vejo que o facto de ser trabalhador de uma entidade parceira, causa alguma distância entre mim e as minhas colegas que trabalham para o Município, o que não ajuda na tal ideia de uma comunidade educativa como um todo e como um só.

O normativo diz também no ponto seguinte, ter como objetivo contribuir para a diminuição da precariedade. Como é que ele pode fazer isso quando pede à entidade parceira para garantir um horário das 07H30 às 09H00 da manhã, depois um horário das 12H00 às 16H00, e depois um horário das 13H30 às 19H30. Se nós contratarmos apenas uma pessoa para garantir esse horário, não é exequível. Então o que se pode tentar fazer é contratar em part-time ou propor horários que não são muito legais aos trabalhadores.

Outra questão é: os trabalhadores do Município trabalham 7 horas nós como entidade parceira trabalhamos 8 horas, o que também não ajuda aquela questão de haver um todo, uma igualdade e de estarmos todos a trabalhar para o mesmo e cria atritos.

Por estas razões e muitas outras que eu tenho na minha cabeça e não cabem em 5 minutos, eu disponibilizo-me para debater com o grupo de trabalho da área da educação sobre estas questões, sobre uma possível adenda a este normativo da escola a tempo inteiro e questiono, poderá o Município assumir a gestão deste tempo não letivo e no integrar trabalhadores nas entidades parceiras no quadro do Município, é exequível? Poderá dar-lhes equivalências aos anos de trabalho que foram prestados para as entidades parceiras, tentando ajudar esta nossa comunidade educativa, estas nossas crianças fazendo o máximo com o seu esforço, não será este o passo certo, em direção a uma equipa mais coesa e mais capacitada por forma a podermos oferecer um melhor tempo de escola e uma educação mais alegre e cooperativa às nossas crianças? Peço desculpa pelo meu nervosismo e agradeço o vosso tempo."

5.1.3 – O Senhor Município Henrique Torre:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu sou Henrique Torres, sou membro da Associação de Pais da Escola Básica nº 2 da Costa da Caparica, a chamada escola centenária, e é uma escola que já tem mais de 80 anos e tem vários problemas. Mas eu queria começar por agradecer antes de mais à Junta de Freguesia da Costa da Caparica que ao longo deste ano letivo tem sido incansável e sempre disponível para apoiar tanto a escola como a Associação de Pais nas suas atividades e até nos seus problemas e também a Câmara Municipal que, efetivamente e até depois da última intervenção que aqui tive, lançou concurso da obra de ampliação do refeitório que é uma obra fundamental, temos crianças que comem já depois das 2 da tarde, porque efetivamente não há capacidade para mais. Portanto, agradeço, já



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

sei que o concurso ficou deserto, foi lançado um novo concurso esperemos mesmo e agradecemos também o esforço do executivo para que finalmente essa obra possa ser concretizada.

Não obstante, esta escola tem vários problemas e eu não quero aqui alongar-me muito sobre estes problemas só focar aqui em 3 que eu acho que são essenciais.

Em primeiro lugar, as casas de banho que estão num estado lastimável, eu calculo que a esmagadora maioria das pessoas que aqui estão presentes se recusaria a utilizar aqueles sanitários. Mas infelizmente aquelas crianças não têm alternativa, têm mesmo que as utilizar. E é algo que tem mesmo que ser resolvido.

Por outro lado, o facto de o piso exterior ser em placas de betão, com várias décadas de utilização, áspero, duro, as crianças caem, aleijam-se mesmo, ainda hoje ao buscar o meu filho à escola, um colega dele estava ensanguentado, com ferida no joelho e no cotovelo, e eu perguntei o que se passou e ele disse que estava a jogar à bola, caiu e esfolou-se todo, porque efetivamente é como se fossem limas e isto é constante. Portanto, não foi hoje é sempre e eu acho que é algo que tem que ser revisto e urgentemente tratado, porque é um problema grande que nós temos. E por outro lado, também, o facto de não existir brinquedo, na escola não existe um baloiço, não existe um escorrega, não existe absolutamente nada para as crianças brincarem naquela escola.

Nós fizemos por escrito enquanto Associação de Pais, um plano, para a requalificação do espaço exterior que apresentamos à Câmara Municipal e à Junta de Freguesia, e há aqui duas coisas que nós precisamos que é, a existência de verba para essas obras e também que alguém depois assuma a manutenção desse parque infantil que eu calculo que não seja problema, mas seriam as duas coisas que nós necessitaríamos. E eu tenho a certeza absoluta que, todos aqui presentes e o executivo municipal e em particular até a Senhora Vice-presidente, que era professora, portanto tem uma sensibilidade especial para estes temas, não tenho a mínima dúvida que todos estamos a remar para o mesmo lado e queremos mesmo que estas crianças tenham as melhores condições. Mas eu também não posso deixar de dizer que não chegam as boas intenções, precisamos mesmo de ações, de obra em concreto e que efetivamente seja requalificado aquele espaço exterior e aqueles sanitários.

Portanto, o apelo que eu deixo aqui a todos os presentes e em particular ao executivo são dois, que efetivamente consigamos que a ampliação do refeitório seja uma realidade, que essa obra seja mesmo adjudicada e que possamos ter a curto médio prazo, um novo refeitório para aquelas crianças e também que a requalificação do espaço exterior desta escola e a requalificação dos sanitários da escola, façam parte do orçamento municipal da Câmara Municipal de Almada, para 2024. É este o apelo que eu deixo em nome das crianças da escola, do corpo docente, dos funcionários e também de uma grande parte da comunidade da Costa da Caparica."

5.1.4 – A Senhora Múncipe Rita Ferrinho:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é Rita Ferrinho, é a primeira vez que venho a uma Assembleia Municipal, e preferia não estar cá. Vim aqui para demonstrar o meu descontentamento enquanto cidadã, habitante na Costa e proprietária de um estabelecimento na rua dos Pescadores.

Infelizmente, cada vez tenho mais vergonha do que a Costa se está a tornar e é com muita pena que digo isto, porque nasci, fui criada e os meus também sempre na Costa da Caparica.

Temos uma terra que deveria ser um lugar fantástico, com uma excelente praia, imensas bandeiras azuis, tudo muito bonito, mas depois deixa tudo muito a desejar.

Venho aqui expor vários assuntos, o primeiro assunto a rua dos Pescadores. Quando foi feito o novo pavimento da rua dos Pescadores eu fui uma das pessoas que se opôs aquele tipo de chão e aquele tipo de obras que ia ser feito, estivemos tantos anos à espera de obras e no entanto, fizeram algo em cima do joelho. Aquele chão é um chão poroso, agarra todo o tipo de sujidade, fica manchado com água, o chão está mal colocado, a inclinação está malfeita, e, portanto, não sei que tipo de obras foram feitas e que arquitetos e que engenheiros andaram lá, mas ficou pior do que aquilo que estava.

Para nos darem as licenças das esplanadas, eu tive que fazer a explana perante regras, perante dimensões, um mobiliário X, tudo ali conforme estava descrito e que nós tivemos que assinar em como teria que ser feito. Agora



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

eu vejo que nada foi feito, sou eu que tenho a esplanada e tenho licença da esplanada, se calhar têm mais alguns, não ponho isso em causa, mas ao subirmos a rua dos Pescadores e ao descermos, vimos que nada foi feito perante as regras que foram estipuladas. Eu gastei dinheiro, eu gastei tempo, para deixar tudo conforme pediram e agora chego a uma rua dos Pescadores completamente horrível.

Não só pelo tipo de comércio que a Costa neste momento tem, infelizmente, não pondo em causa as pessoas que lá estão, não pondo em causa que são pessoas muito trabalhadoras, mas estão na nossa terra, têm que usar as nossas regras que nós que estamos cá e as usamos.

Eu tenho a esplanada feita consoante me pediram, tenho o tipo de equipamentos que me pediram, a explana está aberta e ao meu lado tenho uma esplanada fechada onde está tapada a água e a saída o esgoto e da água. Portanto, a minha esplanada verte água para a outra esplanada e fica ali, e se não for eu a limpar, o cheiro passado algum tempo de a água estar parada, porque por baixo da esplanada do meu vizinho está a saída do esgoto da água e nada foi feito, já toda a gente sabe o que é que se passa e, portanto, mais uma vez eu que tenho as coisas conforme, tive que gastar dinheiro e os outros lá estão a trabalhar e fazer exatamente a mesma coisa que eu faço.

Em relação à limpeza e lavagem da rua, é verdade que a rua é limpa de vez em quando, lavada não, não é lavada, houve uma máquina que foi comprada para lavar a rua e que deixa muito a desejar porque não limpa, porque o chão é poroso e tão que ser esfregado.

Caixotes do lixo são insuficientes, cargas e descargas são feitas na rua normalmente, os carros da Câmara Municipal também passam na rua e a toda a hora e a certas velocidades como passam os carregamentos as descargas tudo igual.

Em relação à ocupação da via pública, todas aquelas lojas pelos vistos têm ocupação da via pública, mas a verdade é que ocupam como querem, ocupam a parte deles, ocupam a parte dos outros, chegam a pôr coisas à frente das esplanadas, põem estendais de roupa, põem chapéus de todas as cores, portanto, estamos numa feira completa, aquela rua dos Pescadores é uma feira completa.

Eu sei que eles também têm direito à vida, temos todos direitos à vida, mas com regras e regras para todos. Porque quem desce a rua dos Pescadores não vê o meu estabelecimento, não vê.

Não sei onde é que anda a fiscalização, porque se fiscalizam para eu ter uma licença da explana não sei porque é que os outros a têm, não sei porque é que os outros ocupam quando não utilizam as regras que todos utilizamos.

O estacionamento, não sei o que se anda a passar na Costa da Caparica relativamente ao estacionamento, gostaria de perceber o que é que se passa porque eu moro na Costa e não tenho onde estacionar, se calhar vou deixar atrás da GNR e vou me pôr numa trotinete e vou para a minha casa, porque não posso estacionar em cima do passeio, mas podem lá estar trotinetes, podem lá estar esplanadas, podem lá estar tudo, menos nós que vivemos lá e que temos direito às coisas.”

5.1.5 – A Senhora Múncipe Sofia Ventura:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Também é a minha primeira vez aqui nesta Assembleia Municipal. Eu não venho falar em meu nome, venho falar em nome da minha filha, a Ema. A Ema anda na escola centenária e é uma menina que adora a escola, adora os professores, adora os amigos, mas tem algumas dificuldades. A Ema nasceu com um problema no intestino e não gosta de ir à casa de banho, piorou e muito a sua condição física, por causa das casas de banho da escola, como o colega dizia e dizia bem, eu não iria lá, mas a minha filha tem que ir e os restantes 300 alunos. Não deveria de acontecer isso. A minha filha não gosta de brincar na escola porque já caiu várias vezes e já se magoou várias vezes. Já fui busca-la principalmente no inverno várias vezes para mudar a roupa, porque ela estava a brincar cai, molha-se toda, não pode ir para o restante das aulas, tem que ir para casa, tenho que vir de Lisboa, tenho que a mudar. Não há proteção à chuva, sei que agora é verão e ninguém está preocupado com isso, mas a pouca proteção que há para os miúdos estarem no intervalo é eficaz, até água pela luz cai. Portanto, eles acabam por ficar fechados dentro de uma sala de aula e não é bom para ninguém.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A Ema mesmo assim é uma criança feliz, mas é uma criança que tem algumas limitações em termos de confiança porque a escola não tem parques, não tem espaços que permitam ela dar aso à sua criatividade e dar aso às suas brincadeiras como uma criança normal, como eu tive direito a minha filha não tem.

Era este pedido que eu gostava de deixar aqui, porque eles merecem realmente tudo eu sinto que nesta altura, a Ema está no 2º ano e não tem as mesmas oportunidades que eu tive.”

5.1.6 – O Senhor Município José Oliveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Trago aqui um dossier que tem 30 anos, há 30 anos paguei dois mil contos de infraestruturas pertencentes à minha casa na rua do Moinho em Marco Cabaço. Dois mil contos nesta altura era quando eu tinha um ordenado de 42 contos mensais. Isto quer dizer que andei 5 anos a trabalhar para pagar as infraestruturas à Câmara Municipal. Até este momento, para sair de casa quando está de chuva, tenho que pôr uma tábua para passar o rego da água que passa à minha porta. Fiz uma reclamação aos Serviços Municipalizados, e numa rua de 200 metros, resolveram o assunto a abrir mais uma sarjeta ao lado da outra, como se isso resolvesse o assunto.

Eu lamento que, das vezes que eu tenho contactado com a Câmara Municipal, ao longo destes 30 anos, nunca me escreveram uma carta sobre o assunto. A última vez que pedi uma reunião com a arquiteta da zona, quando sai de lá tive quase que ir para o psicólogo, porque a senhora acho que não reunia um mínimo de condições para tratar do assunto em questão. Eu já sugeri a alguém na Junta de Freguesia, que seria bom montar um gabinete temporário para fazer um estudo aquela zona, pois não tem justificação, onde está Junta de Freguesia, Mercado Municipal, CTT, que as ruas circundantes sejam de há 30 anos. Não se entende. E mais, dei 60 m2 à Câmara Municipal, recuei um muro de 3 frentes, que me custam em dinheiro atual 6 mil euros, e quando fui informar que estava a recuar o muro, ainda me apareceram lá os polícias a perguntar o que eu estava a fazer de um terreno que eu dei à Câmara Municipal, que inclusivamente, paguei a escritura há 30 anos, eu é que paguei a escritura daquilo que dei, passam executivos, gente simpática, que vai passando por lá e não tenho razão de queixa em termos verbais, mas não tinha cabelo branco e já estou farto de pintar tetos, veem como eu estou. E não vejo respostas. Eu acho na minha opinião é que dever-se-ia montar para aquela zona um gabinete de estudo para aquele assunto de uma vez por todas. Escrevi uma carta ultimamente, pelos vistos foi parar a algum sítio, que também ninguém me respondeu.

Portanto, meus caros senhores, há 20 anos que pelo Natal, eu escrevo uma carta para o Presidente em exercício da Câmara Municipal com este texto: “Desejo um Bom Natal a Vossa Excelência, e gostaria de ver a minha rua acabada comigo em vida”.

Portanto, desta vez eu não vou estar à espera que me deem alguma resposta hoje. Um senhor de um terreno em frente aos Águias Vermelhas, um terreno não urbanizado, fechou uma linha de água, aterrou, fez um muro, pôs grades e pôs 4 casas pré-fabricadas lá dentro.”

5.1.7 – O Senhor Município José Norberto Costa:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Também é a primeira vez que venho aqui. A minha razão de vir aqui é que eu desde 2009, tenho um pedido de habitação e tenho vivido estes anos todos em condições desumanas. Eu só venho aqui para pedir que me ajudem eu só preciso é de uma coisa. É a única coisa que eu peço, para levar uma vida digna. Desde 2009 que vivo assim. Tenho aqui os papeis que me pediram para entregar na Câmara Municipal e se for preciso mais alguma coisa eu entrego.”

5.1.8 – A Senhora Município Maria da Glória Pedroso:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estou aqui presente por umas pequenas questões que creio já foram faladas por mim mesma muitas vezes. A primeira questão que eu coloco, para mais uma vez reforçar o pedido, não é um pedido, neste caso já é uma urgência, a extensão do Centro de Saúde da Trafaria, eu sei que a situação não é fácil, eu sei, tenho conhecimento de causa, tenho, mas é assim, as pessoas que habitam na Vila da Trafaria, que são muito idosas,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

bastante idosas, e o terem que se deslocar para a Costa da Caparica sem terem quem os transporte, terá que ser ambulâncias que por vezes estão supra lotadas com outros doentes também urgentes, aquela extensão de saúde, na minha opinião tem que haver uma solução digna, eu faço esta pergunta muito simples, aquele estabelecimento foi feito de novo, se há deficiências não sei quais são, foram apontadas há uns anos a esta data, abriu para a vacinação da COVID 19, então porque é que neste momento não continua a estar aberta para as pessoas da Trafaria, para os fregueses da Trafaria. É uma situação caótica, eu ainda não sou idosa, mas para lá caminharei, eu pergunto, quando eu precisar, como é que eu me vou arrastar se eu tiver que usar umas moletas, porque eu não sei a minha situação de amanhã? Porque todos nós temos a nossa vida contada, eu pergunto, quem é que me vai auxiliar? A ação social na Trafaria não tem funcionado, abriram agora onde era a Alma Alentejana, ao lado da Junta de Freguesia da Trafaria, para estar ali uma senhora da Segurança Social para atender as questões das pessoas que necessitam. Meus senhores, eu a maior parte das vezes eu passo todos os dias por ali, eu vejo aquela porta encerrada, o que é que aquela porta está ali a fazer encerrada? Para que é que aquilo funciona? Qual é a utilidade daquele espaço? Por favor, há coisas que não estão bem neste momento, nós andamos para trás ou andamos para a frente? Esta questão é muito importante e mexe com todos nós.

A outra questão. A Estrada Nacional 377 na altura que houve umas chuvas fortes, estão a cair pedras que não estão no meio da estrada, mas estão na berma da estrada. Se vem para aí chuvas fortes aquilo vem tudo para a estrada, ou só haverá solução quando alguém ali tiver um acidente forte ou que até morra, tem que se prevenir, não é depois de, que se vai fazer as coisas, tem que ser antes de, aquilo preocupa-me, eu uso aquela estrada muitas vezes, é uma estrada mais velhota mas eu gosto daquela estrada, só que aquilo está desprezado, ninguém vai ver aquilo, ninguém manda fazer qualquer coisa, a mim faz-me confusão. E também há postes de eletricidade que têm imensas lâmpadas fundidas, há imenso tempo, porquê meus senhores? Eu já fiz informações para a Junta de Freguesia da Trafaria, será que não são canalizadas, será que se perdem? Eu não entendo, há qualquer coisa que não está a funcionar como devia funcionar, nos trínques comi se diz agora, estes termos mais pomposos.

Portanto, são situações que já se arrastam há tantos anos, eu já fui autarca e estas coisas vivem um pouco comigo, ainda passam comigo. As coisas não podem estar num impasse, meus senhores, as coisas têm que evoluir, não é só festas, também adoro festas, mas há coisas básicas que tem de ser resolvidas e não estão a ser feitas, porquê?

Outra questão é a limpeza. Meus senhores, deixa muito a desejar, peço desculpa pela minha expressão, e de ser tão honesta. Eu moro na Trafaria há 44 anos, moro na rua 1º de Maio, tenho duas entradas, se calhar até sou privilegiada, mas no aspeto da limpeza não sou. Porque andaram lá uns senhores varredores, cortam as ervas, e o lixo fica todo nos passeios. Eu ontem fartei-me de varrer montes de lixo e lavar com a minha mangueira porque não se deve gastar água, mas eu não gosto de ver as coisas porcas. Há uma falta de coordenação dos serviços de limpeza na Trafaria, eu não sei quem são só responsáveis, mas se calhar não têm diretrizes para ver o que é que os funcionários estão a fazer, se calhar eles não são culpados, não têm diretrizes, não recebem instruções, fazem o que lhes apetece e o resto, as pessoas que moram lá que façam. Não é bem assim, eu limpo o meu quintal porque é o meu quintal, o exterior já não é meu, eu não o sujo porque é que tenho de o limpar? Há aqui qualquer coisa que não está a funcionar.

Duas árvores que estão em frente ao meu portão, eu até pensei que fossem enfeitar aquilo agora para as festas dos Santos Populares, caem aquelas bolotinhas no chão e já tenho visto pessoas caírem, porque aquelas bolinhas andam ali a dançar numa corda bamba. Tem que haver também intervenção, tem que fazer uma poda na altura própria."

5.1.9 – O Senhor Município Aníbal Ferreira:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Há sensivelmente 3 anos a esta parte, que fizemos aqui um pedido à Senhora Presidente da Câmara Municipal e ao Senhor Vereador na área da saúde, afim de fazerem algumas démarches junto do Ministério da Saúde, afim de reabrir o posto médico da Trafaria.

É um posto médico que está ali fechado já desde o tempo da TROIKA está-se a deteriorar de dia para dia, mês para mês, ano para ano, e até data nada feito.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Pretendemos saber se a Senhora Presidente da Câmara e o Senhor Vereador já fizeram algumas démarches junto do Ministério da Saúde. E quais os resultados dessas démarches?

Porque aquele posto médico das 3 Juntas de Freguesia é o melhor que temos, isto no aspeto de servir a velhice extrema. A partir dos 80 anos é velhice extrema. Todos os consultórios médicos funcionam no r/c, enquanto na Costa é um 2º ou 3º andar, por vezes o elevador está avariado, para as pessoas com invalidez a 95% que é o meu caso e outros, pessoas que eu conheço da Freguesia, é sempre um grande problema.”

Portanto é isto que gostaríamos de saber por parte do executivo.

Ainda tenho mais um ponto para apresentar. A brigada de limpeza tem chegado a todos os pontos do Concelho. Eu tenho andado de um lado para o outro nos autocarros, e acontece que vejo aquele trabalho de limpeza feita em todos os pontos, ainda não conseguiram chegar a Pêra. Portanto, parece que está um bocadinho esquecida.”

5.1.10 – O Senhor Munícipe João Augusto:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu venho em representação do Movimento Porta à Porta, é um Movimento unitário bastante recente, tem uma dimensão nacional e está repartido pelos vários núcleos do país. Portanto, somos um Movimento recente que trata de uma luta antiga e penso que estão aqui pessoas presentes que poderiam falar disso muito melhor do que eu visto que também tenho os meus problemas com a habitação, mas há pessoas que vivem esse problema há muitos mais anos de que eu e sentem na pele o que é viver sob as atrocidades da especulação imobiliária e do despejo, que muito temos assistido ultimamente.

Como eu disse, a crise na habitação é uma luta antiga, e o Movimento Porta à Porta, surge precisamente com propostas para combater a especulação e o despejo.

Uma das críticas que eu quero deixar, é um dos programas viabilizados pelo Poder Central, que é o “Mais Habitação”, que está vinculado bastante à política desregulamentada do mercado e não há uma política estadual que se coadune com o rendimento familiar das famílias, todo o negócio da habitação fica entregue ao mercado e o Estado não intervém nesta matéria, daí a intervenção deste Movimento a nível nacional.

Por outro lado, queremos salientar que existe um artigo 65º, na Constituição da República que será seguidamente mais desenvolvido e aprofundado por um colega meu, que defende precisamente esta ideia que os preços devem ser regulamentados em função do rendimento das famílias e não com os preços do mercado. Portanto, a partir daqui dá para perceber que há certos grupos que saem favorecidos com as políticas ilícitas que colocam em prática e os milhares de famílias do país, uma grande maioria da população deste país sofre com estas políticas ilícitas de pequenos grupos que saem favorecidos do negócio da especulação.

Hoje viemos aqui porque existem problemas em comum na ordem da habitação, mas que ao mesmo tempo não escondem problemas em particular, como já foram testemunhados aqui antes da minha intervenção, e que fazemos questão de salientar. A população de Almada tem problemas concretos sobre a habitação que também serão desenvolvidos de seguida à minha intervenção e quero deixar bem claro que não passa despercebido o aparecimento que se multiplica cada vez mais dos alojamentos locais, hotéis de luxo, as exorbitâncias do turismo que não vão solucionar a crise da habitação que neste momento se tem traduzido numa crise humana neste país. Portanto, consequentemente aumenta o fosso entre poucos milionários e os milhares de famílias que não vivem com as mesmas regalias, não recebem benefícios e detrimento da sua condição económica e social em relação à habitação.

Portanto, aquilo que reivindicamos em certa parte é que o Estado passe a regular os preços da habitação nomeadamente nos preços do aluguer e que isto não fique entregue à mão invisível do mercado que tem sufocado bastante muitas famílias nos últimos tempos no que diz respeito à habitação.

Segundo os dados do INE o parque público habitacional é de 2% o que torna praticamente inacessível o acesso a uma habitação digna pelas famílias em Portugal.”

5.1.1 – O Senhor Munícipe Nuno Custódio:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Vim aqui com medo, estou aqui porque estou com medo, estou com medo porque em 2016, sensivelmente, eu estava a pagar 300 euros por mês por um T2, dois anos depois, quando eu tive que sair de lá, a casa exatamente igual ao lado já estava a 500 euros, hoje em dia está a 800 euros. 800 euros estamos a falar basicamente do meu salário. Então, se eu neste momento não tivesse tido a sorte de os meus pais gentilmente me terem cedido a casa que antigamente eles habitavam, e para a qual eventualmente irão voltar mais ano menos ano, eu estaria na rua. Eu trabalho, tenho salário, e o meu salário não me permite pagar uma renda e aparentemente também não teria condições para comprar uma casa, então para onde é que eu vou? Como eu não sou especialista na matéria, decidi procurar na internet por respostas, será que isto pode ser assim, será que não pode, e deparei-me com uma coisa interessante que se chama artigo 65º. E a minha questão tem precisamente a ver com o artigo 65º. O artigo 65º diz o seguinte: “Todos têm direito para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em dimensões de higiene e conforto, e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”. Será que isto é um artigo, ou será que é uma crónica sobretudo aquilo que não acontece na vida real? Segundo este artigo, compete ao Estado entre outras coisas, a construção de habitações económicas e sociais. Há pouco estava-se a falar aqui em cerca de 2% de habitação social em Portugal. Está aqui também a falar em estimular a construção privada, mas, de forma subordinada ao interesse geral. Eu faço parte do geral. Depois, que o Estado deve estabelecer um sistema de rendas compatíveis com os rendimentos familiares, não de acordo com as leis do mercado. Se alguém depois me puder explicar o que é que mercado neste contexto significa, eu agradecia imenso, eu sei o que é que rendimento familiar significa, sei o que é salário significa e sei o que é que significa ter um salário e mesmo assim não conseguir ter uma casa.

A minha questão é muito simples, face a este artigo e tendo em conta que uma das funções do Estado, penso eu, seja respeitar a Lei, de que forma é que este artigo está a ser defendido neste momento? O que é que vai ser feito para que as pessoas possam ter casas, já que trabalham?”

5.1.12 – A Senhora Múncipe Joana Bom:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu venho em representação do Movimento Porta à Porta. O Movimento Porta à Porta, é um movimento que surge na região face a necessidade imperativa de lutarmos pela nossa habitação. Tendo em conta a especulação na região e o valor que tem atingido as casas, seja para alugar, seja para quem tentou comprar e então estamos a desenvolver este movimento para combatermos a especulação e os interesses privados na nossa região.

Tal como foi colocado aqui, no artigo 65º diz que todos têm direito a uma habitação e que é dever do Estado fazer cumprir esse direito. Diz também que as rendas pela habitação que as famílias pagam, devem ser de acordo com o rendimento que as famílias auferem e não com o preço do mercado. E diz também que, a participação, que deve haver participação dos interessados, portanto, de quem habita na região, que deve haver a sua participação na elaboração de instrumentos de planeamento, pois é precisamente para isso que o Porta à Porta existe, é precisamente, podermos expressar o nosso interesse no que toca a esta questão.

Apesar do que diz o artigo 65º de que todos têm direito à habitação, isso não acontece, nem todas as pessoas têm direito à habitação no nosso país. Aqui em Almada, são 3 mil famílias em situação de habitação indigna. Consideramos também que o programa Mais Habitação do Governo, não responde às necessidades que se colocam, porque o problema é que a habitação é um bem primário, é um bem que está relacionado com a sobrevivência e com a dignidade das pessoas, é um bem especial, não é um bem que deve estar à mercê do sabor do mercado que serve apenas aos interesses de alguns. Sendo a habitação um bem especial, ele não se deve então reger pela procura e oferta, porque senão há sempre alguém que fica de fora e por acaso é a larga maioria que vive do salário mínimo. Na nossa região, quem vive do salário mínimo, mesmo que entregue todo o seu salário não consegue alugar uma casa. Isto é um flagelo, é um flagelo para os jovens, é um flagelo para aqueles que já não são jovens perderam esse tempo, é um flagelo para os idosos, é um flagelo para todos. É uma tristeza enorme.

Tendo em conta então, que defendemos o que diz o artigo 65º, que o valor da habitação deve se reger pelo rendimento e não pelo preço do mercado, queremos destacar aqui uma das questões que tem sido muito discutida que é a questão da renda acessível, muito promovida no programa “Mais habitação”. A renda acessível prevê que possa haver em apoios, uma redução de até 20% do valor da habitação. Mas essa descida de 20% é



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

em cima do preço de mercado. Se o preço do mercado já disparou, diminuir 20% não melhora a nossa situação, nós continuaremos a não conseguir pagar. E atenção que esses 20% serão em cima do preço médio da habitação, o preço médio da habitação registado pelas finanças sempre nos últimos 3 meses. Ora, o preço médio da habitação serve à classe média, são 20% a menos no preço da habitação, do preço médio, portanto, o preço que a classe média pode pagar.

Isto é o programa “Renda Acessível”. Já o programa “Renda Apoiada” defende que, a renda da habitação deve ser ajustada ao rendimento. Portanto, vai ao encontro daquilo que prevê o artigo 65º e que o Movimento Porta à Porta defende.

Portanto, o que gostávamos aqui de perguntar é qual é que é a perspetiva da Câmara Municipal de Almada, na gestão dos terrenos públicos e dos fogos públicos, na atribuição entre renda acessível e renda apoiada, como é que tenciona gerir isso, uma vez que, se a renda acessível se rege pelo preço do mercado e a renda apoiada se rege pelo preço do rendimento das famílias, nós através do programa de renda apoiada, temos uma possibilidade maior que é, ao fazer reger o preço da habitação pelo valor do rendimento das famílias, nós estamos a pressionar o mercado em baixa, é um programa diferente do da renda acessível que baixa 20% do preço do mercado. Não, a habitação como diz o artigo 65º não deve se reger pelo preço do mercado, mas sim, pelo preço de rendimento das famílias. É também o argumento que se cruza com a necessidade imperativa de aumentar o parque habitacional, porque se aumentarmos o parque público habitacional, estamos também, é uma forma, é um instrumento do Governo que tem de influenciar o preço do mercado, porque quanto maior for o parque público habitacional, mais pressão conseguiremos fazer se praticarmos preços mais reduzidos. Portanto, parece-me que, empenhar todos os esforços e todas as atribuições dos terrenos públicos e dos fogos públicos direciona-los mais para a renda acessível do que a renda apoiada, é abdicar de um instrumento que o Estado tem para pressionar em baixa o preço do mercado.

Gostávamos então de perguntar à Câmara Municipal de Almada, como é que pretende gerir os terrenos e os fogos públicos entre a renda acessível e a renda apoiada, queremos saber como é que estão as listas de espera, onde é que a necessidade é mais imperativa e queremos também saber, um outro assunto, quais são as intenções da Câmara Municipal de Almada, em relação ao Bairro do Torrão. Algumas demolições já foram feitas, no entanto, as pessoas que lá permanecem estão numa situação ainda pior do que estavam anteriormente, e nós queremos saber quais são as intenções da Câmara, para o futuro daqueles terrenos.”

5.1.13 – A Senhora Múncipe Maria João Figueiredo:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é Maria João Falcão e faço parte do movimento Porta-a-Porta, Casa para todos.

Enquanto membro deste movimento para fazer valer a todos o direito à habitação digna e acessível, acho importante falar-se da situação dos jovens no que à habitação diz respeito, seja dos jovens estudantes do ensino superior, estudantes-trabalhadores ou trabalhadores, que são uma das camadas da sociedade mais afetadas pela crise da habitação.

Em Almada, o valor das rendas chega a estar na ordem dos 800 €/mês por um T1 e 1000€ por T2 e no que toca ao arrendamento de quartos em habitação partilhada, ouve-se falar de valores de 300, 400 €/mês, sem despesas incluídas. Valores completamente insustentáveis para grande parte da população, visto que mais de 50% da população portuguesa recebe menos de 1000 euros mensais, um valor que sobe para os 65% se estivermos a falar apenas de jovens até aos 30 anos.

Ainda que este seja um problema a nível nacional e não só a nível local, é necessário trazê-lo aqui, e denunciar que, muitos veem-se obrigados a desistir do seu percurso no ensino superior por não conseguirem pagar os custos todos associados a este percurso, de entre os quais se destaca a habitação. Quando os quartos custam à volta de 350 e estão em condições deploráveis, muitos vão trabalhar e por fim acabam por abandonar o Ensino Superior por ser extremamente desgastante trabalhar o suficiente para suportar todos estes custos e ainda frequentar as aulas, estudar e fazer os exames.

A esta situação acresce aqui em Almada a situação da residência universitária Fraústo da Silva, onde os estudantes residentes foram avisados com menos de um mês de antecedência de que seriam obrigados a sair



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

para que se iniciem obras no edifício. Não só os estudantes que ficam passaram a pagar 20€ por noite, a chamada taxa de prolongamento de estadia, como não estão garantidas alternativas a custos acessíveis na cidade de Almada. Quase cinco anos depois da aprovação do Plano Nacional de Alojamento Estudantil no Ensino Superior, não só não avançaram as construções de novas residências como mais rapidamente fecham as residências que já existem, e os estudantes de da FCT estão também a sofrer com estas políticas.

No que concerne a habitação pública, esta é reduzida, apesar do elevado número de casas devolutas espalhadas pelo concelho, e o Regulamento Municipal de Acesso e Atribuição de Habitação – **Habit’Almada** – parece estar mais focado nos problemas da população mais envelhecida - nomeadamente através de atribuição de mais pontos nos critérios de avaliação se o agregado familiar tiver pessoas +65, critério que não estou a criticar, obviamente, do que propriamente responder às necessidades da população mais jovem, visto que só são dados mais pontos a agregados familiares com menores de 26 anos se estes não dispuserem de rendimento mensal ou se este for menor que o IAS, se não obtêm apenas um ponto.

Já na Estratégia Local de Habitação se fizemos uma pesquisa por palavra, a palavra JOVEM não aparece e a palavra JOVENS aparece apenas em 2 medidas desta estratégia sendo que uma delas, na página 65, é apenas uma dinamização do programa Porta 65 - medida nacional e por parte do Estado - e a outra é uma medida de CoLiving intergeracional (pág.71 da ELH), que no fundo coloca idosos e jovens a partilhar casa, condição que não é digna nem para uns nem para outros.

No fundo, em relação ao tema da habitação, os jovens parecem ficar esquecidos para a Câmara Municipal de Almada. Parece não haver interesse nem em manter os jovens almadenses nem em atrair mais jovens para esta terra tão bonita e com tanto para oferecer. Parece não haver intenções de facilitar a situação habitacional a ninguém, muito menos aos jovens.

Neste sentido, acabo a minha intervenção perguntando ao Executivo da Câmara Municipal de Almada quais são, objetivamente, as respostas que pensam dar à crise de habitação e de especulação que se está a viver no concelho, em relação a toda a população, mas também mais concretamente no que concerne à população mais jovem, visto que as respostas que têm sido dadas até ao momento têm sido inadequadas e insuficientes.”

5.1.14 – O Senhor Município Filipe Passos:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu venho aqui falar de uma situação local, mas como tive a sorte de ser o último, e acho que os problemas não todos iguais e as prioridades não são todas as mesmas, e queria de facto, subscrever as últimas intervenções que foram feitas sobre a habitação e dizer que é também uma preocupação minha porque sofro com esse problema diariamente, porque também sou jovem e também eu tenho dificuldade em arranjar casa e é tempo do Partido Socialista com a maioria absoluta que tem, fazer face a este problema e vai fazê-lo certamente, estou convicto disso.

Queria lembrar só e teria todo o gosto de discutir que o artigo 65º da Constituição, infelizmente, não prevê o direito à habitação condigna e dimensão que possamos pagar na cidade onde nascemos e onde queremos viver. Temos que lutar nós diariamente e temos que fazer por isso.

Voltando ao que me traz aqui, hoje não venho criticar a Câmara Municipal nem venho trazer nenhum problema muito grave, mas como sou um município que me considero exigente, também ainda não venho elogiar. Venho pedir que se aprofunde o caminho que foi feito nas últimas semanas.

Chegou a Almada novos meios de transporte suaves individuais, trotinetes e bicicletas partilhadas. Rapidamente é possível ouvir nos cafés, nas ruas e nas redes sociais, verificar fotos, de municípios descontentes e a criticar esta adoção por parte da Câmara Municipal e este avanço naquilo que é mais uma forma de as pessoas se deslocarem em Almada nos seus movimentos pendulares entre outros.

Diziam estas vozes que, vieram estes meios de transporte roubar espaço aos passeios. Esquecendo todo o espaço que nós cedemos aos automóveis nas nossas cidades nas últimas décadas. Mesmo os recortes que nós fizemos para o estacionamento devido dos automóveis, é espaço que nós roubamos aos passeios e que agora



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

estamos hipocritamente a não querer ceder a estes meios mais ecológicos e mais saudáveis para a nossa cidade, que retiram uma data de poluição do ar da nossa cidade.

Disseram que estavam a ser mal utilizadas, como se a má utilização de algumas pessoas incivilizadas e uma utilização marginal, pudesse ser aquilo que proíbe uma forma de deslocação dos seus munícipes numa cidade.

Vieram dizer que a maioria das cidades europeias estava já a proibir este tipo de transportes, e Almada, atrasada e incompetente, passava agora a ter este tipo de transportes. Ora, qualquer pesquisa rápida e até média, prova que não é possível encontrar essas cidades de que se fala. A única cidade que se encontra facilmente é Paris, e com toda a humildade e acho que temos que ter dignidade enquanto país e enquanto almadenses, eu acho que Paris tomou uma decisão errada e não é por aí que quero ir, acho que Almada deve ter meios de transporte suaves.

Quiseram fazer desta simples existência destes meios, uma crítica primeiro porque, andavam muito depressa nos passeios, 2º porque andavam muito devagar na estrada. Primeiro, nos passeios é proibido andar, portanto, quem está a andar tem que ser autuado e tem que ser retirado desse local. Na estrada, caros munícipes, e deputados, e executivo, trabalhadores, são os carros que andam depressa de mais, não são as trotinetes e as bicicletas, nós é que cedemos demasiado espaço e demasiada velocidade, permitimos que se circule com demasiada velocidade nas nossas cidades.

Depois falavam também algumas pessoas daquilo que é a sinistralidade, o perigo para quem utiliza este transporte, pondo em causa também o perigo para outros cidadãos. Em Lisboa, os mais de 6 mil acidentes de viação que ocorreram no ano passado, perto de 500 foram sobre trotinetes e bicicletas, meios de transporte suave, ou seja, estamos a falar de menos de um décimo.

Eu não vim aqui alimentar uma lógica de quem está a favor destes meios e de quem está contra como se tivéssemos de fazer mais disto uma guerra no nosso Concelho e fazer disto um grande problema. Também há pessoas que fazem disto mais um cavalo de batalha, porque acham que é mais um motivo de todos os outros muito motivos que esta Câmara Municipal tem, por tudo aquilo que esta Câmara faz desde 2017, como sabemos é um erro crasso, um erro histórico, um erro colossal, nada é bem feito nesta cidade, e, portanto, aproveita-se tudo e agora é as trotinetes.

Eu queria pedir uma coisa muito simples à Câmara Municipal e foi isso que eu vim aqui fazer, que no fim deste tempo, que eu acho que é um período experimental e de piloto em que isso está a ser testado, se faça mais, se esforce para chegar a mais sítios, por exemplo, no Monte de Caparica há 5 parques de estacionamento, nós vivemos numa cidade em quase 90% das nossas ruas têm locais para os carros estacionarem, e mesmo aquelas que não têm, 100% delas têm carros estacionados. Portanto, ter meias dúzia de parques para trotinetes e para bicicletas, é insuficiente. Só se se massificar este tipo de transportes e localização, é que este tipo de transportes vem de facto, retirar carros da nossa cidade.

Venho então pedir que se coloquem mais trotinetes, que se dê mais espaço para estacionar, que se alargue rapidamente a zona em que elas circulam, porque só assim é que no final do piloto, nós conseguimos perceber se isto foi uma boa aposta, eu tenho quase a certeza absoluta que foi uma excelente aposta e é por isso que vim aqui pedir à Câmara Municipal que continue essa aposta."

5.2 - Em resposta aos Senhores Munícipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira, a Senhora Vereadora Francisca Parreira e a Senhora Presidente da Câmara Municipal:

5.2.1 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Eu começo pelo princípio e falaria para o Senhor Município Nuno Passinhas para lhe dizer o seguinte: as questões que aqui colocou eu estou de acordo consigo, a comunidade educativa é um todo que deve trabalhar todo para o mesmo objetivo que é o bem estar e a construção de tudo o que é a aprendizagem das nossas crianças, mas depois no desenvolver da sua intervenção, aquilo que lhe posso dizer e não queria impedir que fossem dadas respostas a todos e o tempo é curto, é o seguinte: a escola a tempo inteiro, que aqui referiu e que referiu que



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

se calhar era melhor que o Município contratasse os professores, porque os monitores que lá estão são contratados pelas Associações de Pais, tudo o que disse é verdade, mas é preciso ter em atenção o seguinte: há um ano que, nomeadamente a gestão das atividades de enriquecimento curricular, há um ano apenas que são do Município. E são-no com um histórico e com um enquadramento legal, portanto, dentro daquilo que nos foi possível neste primeiro ano, nós numa grande articulação com as Associações de Pais, sempre permanentes na nossa discussão, nós encontramos um modelo de gestão de todas as vertentes que são o tempo não curricular, a atividades de apoio à família, componente de apoio à família, e atividades de enriquecimento curricular, exatamente para obstar ao problema que aqui pôs que era o problema da precariedade. Sabemos que isso é assim, sabemos que é uma situação difícil de resolver, mas a verdade é que o facto de termos gerido estas vertentes todas em conjunto, não sei a sua escola em particular, mas irei saber em breve porque vou reunir com todas as Associações de Pais, mas tenho já notícia de que a precaridade reduziu muito, exatamente porque se fez uma gestão global e se permitiu elaboração de horários que não foi aqueles que o senhor aqui aludiu, mas que eu sei que ainda são uma realidade em muitas escolas e portanto, temos que motivar as Associações de Pais para essa perspetiva. Já o fizemos o ano passado, vamos fazê-lo este ano com mais força e no sentido de inclusivamente, termos medidas que não o irão permitir.

Portanto, estou de acordo consigo na realidade, a proposta que apresenta, não é fácil porque tudo isto tem um enquadramento que não é passível de ser alterado por nós.

Depois tenho aqui o Senhor Henrique Torres, que conheço bem e com quem já falei várias vezes, e eu iria juntar a resposta dele com a da Senhora Sofia Antunes porque falam da mesma escola.

Nós sabemos que a escola centenária da Costa da Caparica, tem vários problemas. Nós sabemos. Sabemos que o refeitório tem sido um calvário, que ficou deserto o concurso e que agora vai a concurso outra vez quase pelo dobro do preço que iria se tivesse candidatos na primeira vez que foi a concurso, mas já lhe disse lá fora, estou disponível para falarmos. Sei também que já nos entregaram um projeto de requalificação, já lhes disse também que o ótimo é inimigo do bom, mas que as questões que aqui colocaram de sanitários e de acidentes das crianças, eu vou analisa-las de perto e procurar uma solução possível, que não aquela que seria a ideal, mas que se calhar não é agora possível.

O Senhor Município José Costa. O Senhor Vereador Filipe Pacheco não está cá, sobre a questão da casa, a sua candidatura está aprovada desde maio, está bem pontuada, surgindo um T1, o senhor terá a sua vontade satisfeita, temos é que o ter. Mas dizer-lhe que, está bem encaminhado, depois posso falar também com o senhor, se quiser, lá fora.

5.2.2 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Queria dizer à senhora dona Rita Ferrinho que, as questões que aqui coloca, são questões pertinentes, que devem ser abordadas e que fazem todo o sentido e que são transversais a diferentes unidades orgânicas da Câmara Municipal. Desde logo, a imagem urbana, salubridade, higiene e saúde pública e atividades económicas. Temos informação relativamente à rua dos Pescadores que a varredura mecânica é feita às segundas, quartas e sextas-feiras, não são áreas da minha tutela, mas como tenho conhecimento destas matérias, devo dar aqui nota aos almadenses e à senhora dona Rita Ferrinho. Temos também conhecimento que relativamente a esta rua e às questões da higiene urbana, já foi marcada uma reunião com a senhora e que esta questão será tratada pessoalmente e individualmente consigo.

Relativamente à questão das atividades económicas, vamos acompanhar o processo e estamos a acompanhar, a senhora tem razão, a expectativa naquela rua é que houvesse padonização quer das esplanadas, quer do mobiliário, sabemos que este não é um exercício simples, e fácil, mas as atividades económicas estão a acompanhar este assunto com toda a atenção, no sentido de termos aquela rua melhor e mais disciplinada.

Relativamente às questões que me dizem respeito e que aqui também colocou que são a questão das esplanadas e da ocupação do espaço público, com expositores, eu quero dar nota naturalmente, também não o direi de forma exposta, porque todas estas questões devem ser tratadas com o devido sigilo, que são questões que na área da fiscalização, estão a ser tratadas para fazer ações de fiscalização robustas e multidisciplinares. É claro



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

que não vamos anunciar quando lá vamos, nem anunciaremos o nosso plano de intervenção, porque quem avisa, avisa o infrator e, portanto, não me compete aqui dizer qual é o calendário para essa mesmas visitas.”

5.2.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Relativamente às questões sobre agricultura biológica, dar nota que um dos nossos grandes projetos, mais estruturantes é o Agroparque nas Terras da Costa, que não podendo ser de imediato agricultura biológica, é um plano justamente, para podermos passar a ter uma agricultura sustentável e esperemos que um dia biológica naquelas terras. Como sabem, não é a agricultura que tem sido praticada e, portanto, importa fazer essa transição relativamente à terra que lá está e é o grande projeto do Agroparque e é isso que envolve.

Relativamente ao Centro de Saúde da Trafaria, eu acho que já respondi várias vezes, inclusivamente, à dona Glória. À Câmara Municipal não compete criar novos centros de saúde, quero dar nota que já está aprovado, no âmbito do PRR e nós já vamos lançar o projeto, do novo Centro de Saúde da Costa da Caparica, com as acessibilidades necessárias e as condições necessárias que este de facto, não tem.

O que também já está aprovado, é a transmissão daquele edifício para o Município, onde o Município pretende instalar respostas de saúde e sim, gostaríamos de ter um pequeno espaço de atendimento aos mais idosos, sendo que não substitui o Centro de Saúde, porque não compete ao Município criar os centros de saúde tal como as pessoas o conhecem hoje em dia. Mas sabemos muito bem, e temos a consciência que há toda uma população muito idosa na Trafaria, que precisa às vezes de um acompanhamento básico. Portanto, o projeto que está previsto no antigo Centro de Saúde da Trafaria, tem várias respostas de saúde e uma delas é podermos ter um pequeno serviço de acompanhamento, mas eu volto a dizer, não é um novo centro de saúde, porque isso não compete à Câmara Municipal, nem sequer no âmbito da transferência de competências. Portanto, com toda a clareza.

Em simultâneo, está previsto já no âmbito do PRR a construção do novo Centro de Saúde da Costa da Caparica, já lançamos o projeto para o Laranjeiro Feijó, aguardamos ainda as indicações da ARS para podermos lançar o projeto que também já foi entregue, o primeiro desenho, para podermos lançar o projeto de arquitetura para o da Costa da Caparica.

Relativamente ao Movimento Porta à Porta. Eu quero dar nota aqui que, entendo muito bem e o medo, acho que é partilhado por todos nós, porque há de facto, um momento em que o mercado está completamente descontrolado no aumento de preços. E nós, autarcas, acompanhamos essa apreensão porque vemos bem e também sabemos os poucos instrumentos que temos para controlar esta subida vertiginosa de preços.

Eu vou só responder a parte e dizer: neste momento eu creio que são 4 residências de estudantes que estão a ser planeadas, 3 privadas, uma delas inclusivamente no Campus da FCT, e a Câmara Municipal também tem um projeto de criação de uma residência de estudantes aqui na Romeira.

Dar nota em relação aquilo que, penso que foi a Joana Bom, que perguntou. Eu não tenho a menor dúvida que é preciso aumentar o parque público de habitação, para renda apoiada e para renda acessível. Não é por acaso que o maior protocolo que o IHRU fez com o Município, foi em Almada, para a construção do programa global de 3500 fogos a renda acessível. Sendo que, a própria Câmara Municipal tem toda a sua estratégia municipal de habitação, e eu disse durante a campanha e repito aqui, que naquela zona do PIA é preciso construir também renda apoiada. O que está definido com o IHRU, é que o IHRU passará para o Município alguns lotes e no âmbito do PRR financia e a Câmara Municipal construirá com o financiamento e os terrenos do IHRU. É isso que está definido. Ainda hoje na visita que fizemos ao 2º Torrão e permitam-me que diga, ainda hoje lá estivemos com a Senhora Ministra e não, as pessoas que lá estão não estão em condições ainda piores, infelizmente, estão nas condições absolutamente indignas em que têm estado no 2º Torrão. Agora, o realojamento total do 2º Torrão e isto também foi dado às pessoas, não é possível garantir até ao final do PRR que é daqui a 3 anos, é em 2026. O plano no âmbito da estratégia local de habitação, tinha a dimensão de uma década. Nós temos que ir lançando esse plano de realojamento nas várias vertentes, uma na construção que é o mais moroso a mais eficaz, dois na aquisição que aliás, foi a nossa prioridade, mas como dizem e bem, não há casas disponíveis em Almada, há



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

muito poucas casas disponíveis, e três, naturalmente também nos mecanismos de arrendamento, de apoio ao arrendamento, ou do subarrendamento, como fizemos agora para alguns dos moradores do 2º Torrão.

Eu também acho que é um flagelo.

Relativamente aquilo que é a definição dos critérios do arrendamento acessível, cabe ao Governo e eu partilho também as dúvidas, o preço do mercado, mas a partir de quando? O que eu acho que é fundamental, é que esta prioridade ao arrendamento acessível, ao mesmo nível que a renda apoiada, vem de facto, cobrir uma camada muito expressiva da população e eu não estou a dizer que não tenha que haver ajustamentos nos montantes, que toda aquela camada que já está acima do arrendamento apoiado e nós sabemos como são baixos esses montantes, mas está muito longe de poder assegurar ao nível do arrendamento público. Porque há aqui uma confusão na referência à Lei, entre aquilo que é propriedade privada e pública, só estou a falar do público porque eu acho que é isso que me compete fazer aqui. Este arrendamento acessível, tem de facto, de poder responder a uma camada que neste momento quanto mais os preços sobem, mais aumenta, da população que está acima das regras do arrendamento apoiado o que antigamente se chamava arrendamento social como todos nós o conhecemos, e está a ficar cada vez mais longe dos valores do mercado. Por isso é que o programa do PIA é fundamental, a criação de uma resposta de arrendamento acessível para jovens e menos jovens é fundamental, estamos todos numa corrida contra o tempo.

Hoje a Senhora Ministra voltou a frisar, que a primeira fase que são 1200 fogos, estão todos ou em projeto ou já em construção, todos. Nós vamos lançar a primeira construção dos nossos fogos, e vamos lançar também o projeto para mais 120 e estamos a finalizar a aquisição de terrenos, porque nós nem sequer terrenos suficientes temos para construir, a não ser que cheguemos, como eu tenho dito, a um acordo com alguns terrenos do IHRU, que o IHRU tem que reverter para a Câmara Municipal, de alguma maneira for, nem que seja por permuta, como entender, para podermos ter também nós próprios começar a construir em quantidade. Mas não pode ser resposta única porque embora muito tempo.

Peço desculpa a quem pôs as outras questões, mas por falta de tempo, eu achei que era importante responder claramente a esta questão da habitação, que é sem dúvida nenhuma uma prioridade absoluta para todos nós.”

5.3 – Usou da palavra o Porta-Voz da AMJA Rodrigo Ribeiro, para apresentação das Deliberações da Assembleia Municipal Jovem de Almada 2023:

5.3.1 – O Senhor Rodrigo Ribeiro Porta-Voz da AMJA:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é Rodrigo Ribeiro, fui eleito pela Assembleia Municipal Jovem de Almada, como Porta-Voz, para apresentar aqui hoje aos presentes a proposta que foi mais votada nessa Assembleia.

A Assembleia Municipal Jovem de Almada (AMJA) é um programa promovido pela Assembleia Municipal de Almada, em colaboração com a Câmara Municipal de Almada e com os estabelecimentos de ensino secundário do Concelho, que decorre durante cada ano letivo e tem sempre uma temática diferente, escolhida e votada no ano anterior.

O tema desta edição foi a “Participação Democrática dos Jovens”

São feitas sessões de esclarecimento nas escolas secundárias de Almada, de modo a incentivar os alunos a participar no projeto, depois destas sessões, os alunos de cada escola criam listas com propostas sobre o tema.

Essas listas são votadas na sua escola e depois são eleitas para representar a sua escola na Assembleia Municipal Jovem de Almada.

Na sessão plenária deste ano, que ocorreu dia 23/3, participaram um total de 6 escolas.

Nessa sessão plenária procedemos à apresentação das propostas de cada escola e à respetiva votação para a proposta que hoje irei aqui apresentar.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A proposta vencedora foi a da Escola Secundária Romeu Correia, que obteve 24 votos, ficando a minha escola que é a Escola Secundária Monte de Caparica em 2º lugar com 14 votos.

Nesta sessão também é eleito um porta-voz, que irá apresentar a proposta mais votada à Assembleia Municipal, neste caso o mais votado fui eu, mas todos os deputados jovens mereciam aqui estar.

Uma curiosidade das propostas apresentadas por cada escola, é que todas elas tinham pontos e objetivos em comum.

Vou passar agora à apresentação da proposta:

A proposta mais votada, foi aquela como referi, tinha a ideia principal de tudo o que os jovens queriam, que era, estarem a ser representados e sentirem-se mais representados. Todos os jovens consideram que era benéfico e concordamos todos que era benéfico, a criação de uma Assembleia Jovem de Escola. Isto é, este projeto seria extensível a todos os Agrupamentos de escolas de Almada e o objetivo seria submeter a esta Assembleia, como um órgão próprio da escola, com regulamento específico, inscrever este órgão no regulamento interno e submeter este órgão à aprovação do Conselho Geral.

Esta Assembleia destinar-se-ia essencialmente, às turmas do secundário e funcionaria como um espaço de discussão, de debates sobre as problemáticas que afetam os jovens e um espaço onde se realizariam sessões de esclarecimento e inquéritos. Esta Assembleia também tem como fundamental objetivo a sensibilização dos jovens para a importância da sua participação na vida democrática da sua escola, do seu município, do país, sendo esta participação um dever cívico.

O projeto seria extensível às turmas do 9º ano também, com o intuito de dar continuidade e apelar à participação da comunidade estudantil, neste tipo de projetos e na participação da vida democrática. A participação destas turmas do 9º ano, seria feita através de eleição de 2 representantes de entre os delegados de turmas, das turmas do 9º ano dessa escola e o número de representantes seria sempre dependente do número de elementos da Mesa da Assembleia.

Concluindo, eu acho que a Assembleia Municipal Jovem de Almada, é um projeto que deve continuar porque dá voz aos jovens e é importante dar voz aos jovens, porque são os jovens que vão pegar no que está a acontecer hoje e vão estar cá a serem eles os Deputados Municipais e acho que isso é muito importante."

5.4. – No debate usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais João Luís Couvaneiro (PS), Luís Filipe Palma (CDU) e a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira e ainda o Presidente da Assembleia Municipal Ivan Gonçalves;

5.4.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

"Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Eu quero também cumprimenta-lo e participei na sessão não enquanto Presidente da Assembleia Municipal, mas enquanto eleito pelo meu partido, que foi presidida a sessão pelo Presidente José Joaquim Leitão, mas quero dar os parabéns a todos os Deputados da Assembleia Municipal, à Câmara Municipal pela promoção e pelo apoio nesta iniciativa, mas fundamentalmente aos nossos Deputados Jovens, aquelas 2, 3 dezenas de jovens e em particular ao Deputado Jovem Rodrigo Ribeiro pela sua eleição, que não cessa hoje continuará a ser o Porta-Voz da Assembleia Municipal Jovem durante este mandato."

5.4.1 – O Senhor Deputado Municipal João Luis Couvaneiro (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Sabemos que a democracia nasceu na Grécia antiga e que nasceu com o objetivo de organizar a vida das cidades, das polis, que nasceu como sistema político, sistema que exigia a participação de todos os cidadãos, e que ao longo da história ela foi evoluindo enquanto estrutura e enquanto sistema, como forma de organização das sociedades, talvez o mais perfeito modelo até agora inventado.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Mas a democracia vai muito além daquilo que é a operacionalização formal, ritual, burocrática dos seus princípios. É mais do que uma escolha periódica dos governantes, pelos governados. A democracia é a base de uma matriz civilizacional e é simultaneamente um destino e um percurso. A cidadania emancipa o pensamento democrático, de caráter participativo. Importa naturalmente, pela ação dos municípios, desenvolver pensamento democrático de caráter participativo. Importa desenvolver uma literacia política, para combater aquilo a que vamos assistindo que é de alguma forma, uma certa retirada cidadã. Importa contribuir para a afirmação do protagonismo do poder decisório dos cidadãos e entendendo que essa é a forma mais eficaz para combater os populismos que ameaçam a liberdade, a cidadania e a democracia. A crise de confiança na democracia, não é negligenciável, e são iniciativas como esta, da Assembleia Municipal Jovem, que ajudam a consolidar os seus valores.

Nas reuniões da Câmara Municipal, da Assembleia Municipal, das Assembleias de Freguesia, deve assumir-se uma atitude também ela pedagógica como aqui hoje vimos. Devem ouvir-se os cidadãos para aqueles possam receber informação sobre as ações e sobre as práticas governativas. Sabemos que os jovens até determinada idade, não têm possibilidade de participar nestas reuniões, e por isso é tão importante encontrar momentos em que o possam fazer. Lugares onde possam tomar a palavra para intervir e para questionar os eleitos, ao longo do tempo foram sendo criados conselhos municipais, alguns decorrentes até de imposições legais, em Almada durante muito tempo esqueceu-se isso, esqueceu-se de que a criação do Conselho Municipal da Juventude era uma imposição legal. Felizmente, esse esquecimento foi ultrapassado e foi criado este espaço absolutamente fundamental de participação dos jovens.

Neste contexto, naturalmente aquilo que aconteceu no Conselho Municipal da Juventude, justifica aquilo que eu diria que é uma autêntica escola de democracia. O Rodrigo Ribeiro que aqui veio para apresentar a proposta vencedora, que já tivemos a ocasião de nos encontrar na escola dele quando fomos promover esta iniciativa e também no ano passado onde também participou e por isso é belíssimo exemplo daquilo que é um jovem que intervém, o Rodrigo Ribeiro trouxe-nos a proposta vencedora que prevê, propõe a criação de uma assembleia de escola como instrumento de participação dos estudantes.

Esta proposta parece ao Partido Socialista, absolutamente fundamental, porque a democracia não se ensina de forma teórica, não se ensina de maneira expositiva com belíssimos exemplos, ela aprende-se na prática. E por isso, parabéns aos jovens que propõem que no espaço onde estão, nas suas escolas, se possa aprender a democracia pelo seu exercício.”

5.4.2 – O Senhor Deputado Municipal Luis Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Dizer-vos que em nome da CDU saudamos esta iniciativa, também uma palavra especial ao Rodrigo Ribeiro, que representa aqui e foi eleito como Porta-Voz de todos os outros estudantes dos Agrupamentos de Escolas que participaram nesta iniciativa, dizer-vos naturalmente que saudamos tudo aquilo que permite a participação democrática e o envolvimento da nossa população jovem, aliás, comemoram-se os 50 anos da Cidade e porque não dizê-lo, os 50 anos de democracia que se viveram a partir de 1974, e com a implementação do Poder Local Democrático aquilo que diversos executivos com poder nos órgãos municipais e também ao nível de Freguesias, permitiram desenvolver e construir a Cidade que hoje conhecemos. E foi também a partir dos órgãos municipais que se criaram fóruns municipais de juventude, onde também foram ouvidas as várias gerações de jovens da cidade de Almada. Foi aí que muitos de nós, hoje aqui também Deputados Municipais, permitiram criar e desenvolver a sua consciência social e política. E hoje aqui estamos e esperamos que também estas novas gerações daqui a uns anos também possam aqui estar e possam ser eles também os protagonistas. Mas, também não podemos deixar de dizer que, todos estes projetos de conselhos municipais e assembleias municipais de jovens são importantes, assim como também devem ser permitidos espaços informais noutros órgãos. E sabemos que alguns deles existem ao nível das Freguesias e também ao nível de outros Municípios. E aqui no nosso, dizer também, que sabemos que existem alguns bloqueios da participação de alguns jovens e da constituição de algumas associações de estudantes nas escolas, nos Agrupamentos de Escolas e em particular ao nível do Ensino Secundário, e que esperamos que os bloqueios surgidos nesta Assembleia Municipal Jovem



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ao nível dos Agrupamentos, seja algo que seja resolvido nas próximas edições desta Assembleia Municipal Jovem.

Mas naturalmente, saudamos e reforçamos, tudo aquilo que permite construir a democracia e que permite a participação de todos em geral e em particular dos jovens, nós saudamos vivamente.”

5.4.3 – O Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

É com grande satisfação que recebemos esta proposta da Assembleia Municipal Jovem, se vemos com bons olhos toda a dinâmica que possa trazer um aumento das Associações de Estudantes, sei por experiência própria o papel das Associações de Estudantes, como espaços de participação, de aprendizagem, dos valores da democracia e mesmo os espaços onde se pode fazer a aprendizagem e o exercício de uma cidadania plena e, portanto, esta proposta é com certeza muito bem-vinda.

Sabemos que para o seu desenvolvimento e até na sequência de alguma intervenção, que vão precisar de uma grande articulação com os Agrupamentos de Escolas. O Município obviamente, que está disponível para nas reuniões periódicas que tem com as direções das escolas, fazer esta sensibilização no sentido de que possam estar abertos e possam disponibilizar todo aquele apoio logístico que sabemos que às vezes é preciso e o Município estará atento também a todas essas situações. Sabemos que, desta proposta com certeza, resultarão jovens mais participativos, com maior intervenção e, portanto, que contribuirão muito para a construção de uma sociedade almadense mais livre, mais coesa e mais solidária. Portanto, parabéns pelo vosso trabalho e estaremos atentos a todas as vossas necessidades.”

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.2 - Foi apresentado o seguinte Voto de Pesar:

6.2.1- Pelo Falecimento da Dr.ª Margarida Montenegro, apresentado pela Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues (CDU).

6.2.1.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Luisa Rodrigues (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nascida em Lisboa em 1928, faleceu em Almada, no passado dia 13 de junho aos 95 anos de idade, a Médica especialista em Ginecologia e Obstetrícia, Margarida Maria Coelho Santos Costa Montenegro, insigne cidadã e médica que desenvolveu intensa atividade no Concelho de Almada ao longo de toda a sua vida.

A Dr.ª Margarida Montenegro foi uma conhecida – e muito reconhecida – e ativa participante no “Movimento Popular de Base”, nascido com a Revolução de 25 de Abril de 1974, tendo desenvolvido uma extraordinária e determinante atividade cívica e profissional após a Revolução.

O Movimento Popular de Base, em particular as Comissões de Moradores então formadas, que em articulação com as Comissões Administrativas da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia, assumiram após a Revolução uma ação decisiva na superação das gravíssimas carências com que as populações se confrontavam, pois quase tudo faltava, sendo particularmente sentida a falta de equipamentos e prestação de cuidados de saúde às populações, especialmente ao nível da saúde materno-infantil.

Foi num contexto de extrema necessidade que muitas centenas de cidadãos, integrados em mais de 60 Comissões de Moradores e imbuídos nos valores e no espírito da Revolução de Abril, trabalham voluntariamente por todo o Concelho, e foi no âmbito da atividade destas Comissões de Moradores que foram constituídas e se desenvolvem as Comissões de Base de Saúde, dinamizadas principalmente pela Liga dos Médicos Progressistas, da qual a Dr.ª Margarida Montenegro foi ativa e destacada dinamizadora.

No 1º Plenário das Comissões de Moradores do Concelho de Almada, realizado em 24 de maio de 1975, e posteriormente na reunião do Secretariado Inter Comissões de Moradores do Setor da Infância, realizado a 16 de outubro de 1975, foi constituído o Secretariado das Iniciativas Populares do Concelho de Almada (SIPI), que assumiu a missão de dinamização de Centros de Bem-Estar, Creches e Infantários, e Promoção da Saúde.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Pela primeira vez em Almada são promovidos cuidados de saúde e ações viradas para o bem-estar da população, com particular incidência no apoio e vigilância à saúde infantil, e são realizadas, por todo o Concelho de Almada, múltiplas reuniões de esclarecimento e atividades sobre e para os cuidados de saúde primários, em especial no âmbito da saúde infantil, atividade na qual se destacam pela competência, dedicação e empenho, três médicos: os Drs. João Luiz da Silva Sequeira e António Iria Revez e a Dra. Margarida Montenegro.

É no quadro deste trabalho e da atividade desenvolvida pelo Movimento Popular de Base, que a partir de junho de 1975 começam a instalar-se, em edificações devolutas e abandonadas, creches e jardins-de-infância, e em 5 de novembro de 1977 é criada a AIPICA – Associação de Iniciativas Populares para a Infância do Concelho de Almada, que ainda hoje mantém a sua atividade de apoio social.

Num quadro social novo, esta experiência de intervenção comunitária em parceria, nascida com a Revolução de Abril, tem continuidade na iniciativa, lançada em 1981 pela Câmara Municipal, com a constituição do PISACA – Projeto de Intervenção Social Articulado do Concelho de Almada.

A Dr.ª Margarida Montenegro foi distinguida pelo Município de Almada em 20 de junho de 2000, com a atribuição da Medalha de Ouro de Mérito e Dedicação, por deliberação unânime da Câmara Municipal.

Assim, o Grupo Municipal da CDU, propõe que a Assembleia Municipal de Almada expresse à família e amigos da Dr.ª Margarida Montenegro os mais sentidos pêsames pelo seu falecimento, na convicção de que ficará para sempre registado na História do Concelho de Almada e nas vidas de todos os Almadenses, o extraordinário trabalho e contributo desta insigne Cidadã Almadense para a construção de uma vida e um concelho melhor para todos, no respeito integral pelo valores e princípios da Revolução de 25 de Abril de 1974.”

6.3 - Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação do voto de pesar, tendo sido aprovado por unanimidade.

6.3.1 – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.

6.4 – Para apresentarem Declarações Políticas usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais João Eduardo Geraldês (CDU), José Alberto Lourenço (CDU), Pedro Amado Durão (PSD), Daniel Salgueiro da Silva (PS)

6.4.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nos últimos dias, assistimos a uma sucessão de “incidentes” na rede de abastecimento de água para consumo humano, um pouco por toda a área do Concelho – Almada, Caparica, Costa da Caparica e Charneca de Caparica foram as zonas mais afetadas. Estes “incidentes” assumiram uma tal dimensão e extensão, que suscitou a atenção e o tratamento noticioso por órgãos de comunicação social de circulação nacional. Almada nas bocas do mundo, mas pelas piores razões!

Temos hoje razões suficientes, e fortes, para afirmar que, sob administração do PS, a gestão pública dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada está fortemente ameaçada.

Apesar das sucessivas “profissões de fé” de que é defensora do serviço público municipal de água e saneamento, que a atual maioria não se cansa de afirmar desde o início dos seus mandatos, aquilo que os Almadenses persentem, e em alguns casos sentem já objetivamente, são os sinais mais do que evidentes de que a opção desta maioria caminha noutro sentido.

Como a CDU tem sucessivamente denunciado na discussão dos relatórios e contas de gerência, o investimento realizado nestes seis anos de mandato PS é manifestamente insuficiente, particularmente ao nível da renovação das redes de água e do saneamento.

É esta realidade, e não outra, que tem vindo a provocar as variadíssimas roturas um pouco por todo o lado, com o inevitável prejuízo de elevadas perdas de água, e grave penalização para a população e para a sustentabilidade dos próprios SMAS.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O fraquíssimo investimento nas redes repete-se na aquisição e manutenção de máquinas, equipamentos e ferramentas em áreas essenciais, como o abastecimento público da água e sobretudo nas áreas de tratamento de águas residuais.

Relativamente às águas residuais, é público que têm vindo a ocorrer, e não raras vezes, descargas de água não tratada no Rio Tejo, situação que representa um flagrante retrocesso no reconhecido papel que os SMAS de Almada desempenharam no passado relativamente à preservação do ambiente.

Antes de 2017, os SMAS de Almada eram um exemplo de boa gestão a nível nacional e internacional. Foi caso único no país, terem estes serviços obtido certificação em sete sistemas de gestão da qualidade (disse bem, sete!), tendo sido atribuída pela entidade reguladora, a ERSAR, e por outras entidades certificadoras, a menção de excelência. A partir de 2017, com o PS na gestão dos Serviços, tudo isto se alterou, tudo isto se perdeu!

O desinvestimento por parte da gestão PS, não é inocente. Cumpre um objetivo que bem conhecemos: tornar a gestão crescentemente ineficaz, degradar o serviço público prestado e as condições de trabalho, fazer o caminho que justifica, destruída a excelência da gestão pública, a entrega aos privados da gestão deste bem essencial e indispensável à vida.

Já vimos este filme em muitos outros sítios. Começa-se por entregar ao setor privado áreas de gestão menos visíveis, contratando empresas privadas para o desempenho de atividades permanentes e regulares, antes, realizadas por trabalhadores dos próprios Serviços.

Passo a passo, prepara-se o terreno para a concessão final total a privados. Em Almada, não faltam já exemplos concretos da aplicação dessa estratégia: no centro de contactos; nos serviços de envelopagem; nos serviços de leituras e cobranças; na contratação de empreitadas para realização de pequenas obras; nos serviços de especialidade operacional, como por exemplo de calceteiros; na contratação de uma empresa para tratamentos de dados pessoais dos trabalhadores e clientes; nos vários serviços de informática; entre outros...

O recurso crescente a empresas privadas para desempenho de atividades permanentes tem consequências nefastas: aumenta a despesa, que tem como contrapartida não a prestação de um serviço público de mais elevada qualidade, mas precisamente o contrário, a prestação de um serviço cada vez pior, penalizando fortemente os Municípios, obrigados a suportar um serviço pior e cada vez mais caro.

O brutal aumento das tarifas da água e saneamento, imposto no início do corrente ano de 2023 pela gestão PS, é o exemplo mais acabado de que a estratégia de gestão da atual maioria não passa pelo respeito por um serviço público e municipal de qualidade, adequado às necessidades objetivas dos Almadenses, mas por critérios puramente economicistas e especulativos, como se a água se tratasse de um negócio como outro qualquer. Esta realidade configura um inquestionável retrocesso civilizacional num Município que, desde a conquista da Liberdade e da Democracia, sempre conduziu uma política social na gestão deste Direito Humano, que a Organização das Nações Unidas consagra de forma inequívoca.

Pensamos, por isso, que é urgente inverter este caminho! Só com investimento público, com a valorização dos trabalhadores, com investimento numa gestão pública de excelência, se criarão as condições para melhor servir os municípios."

6.4.2 – O Senhor Deputado Municipal José Alberto Lourenço (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No início de julho de 2021, a dois meses das eleições autárquicas, o PS aprovou com o apoio do PSD, a sua Estratégia Local de Habitação para o nosso concelho para o período de 2021 a 2026, coincidente com o período de execução do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), de que ouvimos todos os dias falar.

Em traços largos essa Estratégia de Habitação prevê neste período de 6 anos a construção de 1006 fogos num investimento total 132,3 milhões de euros, a reabilitação de 1270 fogos do atual parque habitacional do município num investimento total de 38,4 milhões de euros e despesas de urbanização num montante de 18 milhões de euros.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

No seu conjunto estão em causa 6 operações de construções novas de habitação, 8 operações de construção de habitação em AUGI'S e 15 operações de Reabilitação de Edifícios do Parque Habitacional Municipal.

Dois anos depois, passado 1/3 do período de execução desta Estratégia Local de Habitação quando se previa executar um investimento de 65,3 milhões de euros, com a conclusão de cinco operações de construção ou reabilitação de fogos municipais num montante de 14 milhões de euros, apenas uma operação de reabilitação de edifícios municipais foi terminada, num investimento de cerca de 700 mil euros e só agora irá ser publicado em Diário da República, o concurso para a construção dos primeiros 16 fogos na Quinta da Caneira na Sobreda. Estes fogos, de acordo com compromisso assumido por este executivo municipal destinar-se-ão a parte das famílias desalojadas em outubro passado da zona da vala do 2º Torrão.

Não estaremos longe da realidade se afirmarmos que o PS em Almada nestes dois anos executou pouco de mais de 1% do investimento com que se comprometeu na sua Estratégia Local de Habitação para este período.

Só no corrente ano e até final de maio passado a execução de investimento em habitação foi de apenas 363 mil euros, quando no Plano Plurianual de investimento se prevê para este ano um investimento em habitação de 6,7 milhões de euros.

Questionado pela CDU na última sessão de Câmara sobre esta preocupante baixíssima execução da Estratégia Local de Habitação no nosso concelho, o executivo PS para além de se congratular por finalmente se aproximar o dia em que será ele a lançar a 1ª pedra da Empreitada de Construção de 16 fogos – mais de seis anos depois de terem chegado à Câmara e com a promessa de que iriam resolver grande parte do problema das barracas no Concelho nos primeiros quatro anos – entendeu, dar um passo em frente e afirmar que não é verdade que muito pouco tenha sido feito até agora, já que está já a decorrer a construção de habitação por parte do IHRU no Plano Integrado de Almada e essa construção também faz parte da sua estratégia local de habitação.

Ora é importante que os milhares de Almadenses saibam, sejam eles jovens ou menos jovens e que procuram uma casa para alugar e não encontram ou, só encontram a preços completamente inacessíveis e os milhares que vivem em habitações precárias, que a Câmara de Almada ao considerar como seus, os fogos que neste momento o IHRU está a construir no PIA para arrendamento acessível, está fugir à verdade, já que todos os fogos construídos pelo IHRU são atribuídos por concursos nacionais, a que podem concorrer não apenas os cidadãos deste concelho, como os de todos os concelhos do país.

Não há nem podia haver nenhum tratamento prioritário na atribuição destes fogos à Câmara Municipal de Almada por parte do IHRU e nesta como noutras matérias este executivo municipal PS, assemelha-se muito ao cuco, que como sabem é preguiçoso e não faz o seu ninho, procurando sempre recorrer aos ninhos que os outros fazem.

Preocupa-nos muito a forma como o problema da habitação está a ser tratado no nosso concelho ou antes, a forma completamente desleixada como este gravíssimo problema está a ser encarado pela atual maioria PS que nos governa.”

Uma nota final e que ilustra bem tudo o que atrás foi dito, até ao passado dia 29 de maio esta Câmara Municipal juntamente com a Câmara de Loures, eram os dois únicos municípios, dos dezoito que constituem a Área Metropolitana de Lisboa, que ainda não tinham qualquer candidatura aprovada do pacote do PRR para a habitação atribuído à AML.

Esta é uma situação extremamente preocupante de que poderão resultar graves prejuízos para milhares de Almadenses, que continuaremos a acompanhar de perto e a denunciar e, a que voltaremos em breve.”

6.4.3 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Amado Durão (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tendo em consideração o recente incidente, perturbador ocorrido na Escola Secundária Ruy Luis Gomes no Laranjeiro, onde um indivíduo munido de uma faca invadiu um estabelecimento de ensino, ameaçando a segurança de estudantes, professores e funcionários, e conscientes das sérias lacunas e desafios enfrentados



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

pelo ensino público a nível nacional, incluindo a degradação das condições de ensino e as fracas condições de trabalho dos auxiliares de educação e professores, e reconhecendo a nossa responsabilidade como força política em abordar estas questões urgentes e de forma a garantir um ambiente seguro e propício ao ensino nas escolas em Almada, nós, o PSD em Almada, declaramos veementemente o nosso compromisso em propor medidas concretas para enfrentar os desafios de segurança e a valorização do ensino público.

Acreditamos, na urgente necessidade de implementação de um plano abrangente de segurança, com investimento adequado e medidas preventivas, com instalação de sistemas de segurança sólidos em todos os estabelecimentos de ensino.

Propomos a implementação de programas de formação e capacitação para os profissionais de educação, com o objetivo de aprimorar as suas competências na gestão de crises e na identificação de comportamentos suspeitos. Isso contribuirá para garantir uma resposta eficaz em situações de emergência, preservando a segurança de todos os envolvidos.

Reconhecemos o papel crucial desempenhado pelos auxiliares de educação e professores na formação de estudantes e a promoção de um ambiente educativo seguro. Sendo de extrema necessidade uma maior valorização desses profissionais através de melhores condições de trabalho, remuneração justa e oportunidade de desenvolvimento profissional.

Consideramos fundamental, que a Câmara Municipal no âmbito do plano de descentralização de competências na educação, continue a realizar os levantamentos das necessidades continuas e demandas das escolas públicas do Concelho, envolvendo professores, auxiliares de educação, estudantes e pais a fim de identificar os principais problemas enfrentados e propor soluções adequadas.

O PSD reconhece, no entanto, que a Câmara Municipal já cumpriu os critérios estabelecidos no programa de descentralização para a educação relativamente ao número de auxiliares de educação alocados, representa uma melhoria em relação a anos anteriores. Defendemos, porém, a implementação de um plano de investimento mais substancial em infraestruturas e recursos educacionais, com o objetivo de melhorar as condições de ensino e segurança nas escolas.

Neste sentido, é imperativo que a autarquia representada pela Presidente da Câmara, exerça a sua autoridade e exija do Governo Central, o cumprimento e aumento dos recursos essenciais destinado à requalificação das escolas do Município. É inadmissível, que qualquer aluno seja submetido a condições precárias de ensino que complementa o seu crescimento intelectual, é nosso compromisso transformar a escola em um verdadeiro elevador social visando a concretização plena da igualdade de oportunidades.

Assim, reafirmamos o nosso compromisso enquanto força política em lutar pela segurança nas escolas e pela valorização do ensino público.”

6.4.4 – O Senhor Deputado Municipal Daniel Salgueiro Silva (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Almada, enaltecem com esta intervenção, a importância dos 50 Anos da Cidade de Almada, e deste modo, apresentam esta declaração política alicerçada sobre o passado, o presente e o futuro da Cidade de Almada.

O Concelho de Almada é marcado ao longo da sua história pela diversidade, pela integração, pelo desenvolvimento económico e urbano e pela inovação. Almada é de facto, um Concelho diverso e integrador, que sempre soube acolher aqueles que chegavam de outros pontos do país, do Sul, do Alentejo, o Centro, do Interior, do Norte, das Ilhas, e também de outros países da Europa e do mundo.

Este é de facto, um território de muitos, onde se trabalha diariamente para todos.

Segundo os Censos, a população de Almada dos anos 60 era cerca de 71 mil habitantes e hoje ronda os 177 mil habitantes. É incrível este crescimento demográfico que a Cidade teve nos últimos 50 anos, para o qual contribuíram a construção da Ponte sobre o Tejo nos anos 60, o fenómeno da industrialização pesada da economia portuguesa dos anos 70 e 80 do século passado e posteriormente, a fixação do Polo da Faculdade de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, do Instituto Universitário Egas Moniz e do Instituto Piaget.

E quanto à importância da indústria naval, a Lisnave e o Arsenal do Alfeite foram vitais e continuam hoje em moldes diferentes, a desempenhar um papel fundamental na economia almadense.

As 7 Quintas onde o Rei D. Carlos I noutros tempos passava as suas férias, são hoje do povo, de gente trabalhadora, e focada em tornar Portugal um país melhor. Portugal tinha mesmo uma mina de ouro em Almada, a maior doca seca do mundo. Mas também não audivamos o importante papel da indústria corticeira, da pesca e da Marinha Portuguesa no impacto sobre a Cidade de Almada.

Os edifícios da Cidade hoje deteriorados com o tempo estão essas marcas do passado, da desindustrialização, e das cicatrizes que essas deixam na Cidade.

Mas, a pouco e pouco estes locais começam a ter uma nova vida, uma vida mais desempoeirada e socialmente atrativa, como é o caso do Mercado da Romeira ou do projeto da Loja do Cidadão, conseguidos para esta zona da Cidade.

Nem tudo é simples, e obviamente que o Partido Socialista não fica alheio à realidade, denotamos a existência de várias pessoas sem abrigo na Capital, em Lisboa, mas também na Cidade de Almada, na zona da Romeira como aqui tinha referido antes.

Destacamos no quadro do Município, por exemplo, a importante resposta que a Câmara Municipal de Almada, realiza em parceria com o Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro sobre os sem abrigo.

Para o Partido Socialista, é imperativo que se convoquem todas as forças da sociedade civil, para se salvaguardar os direitos das pessoas que chegam a este território e que são cada vez mais. Todos temos o dever de lutar contra as injustiças sociais, que ainda continuam a existir no país e na periferia da Capital como é o caso de Almada.

Mas hoje, Almada não é apenas a periferia, o dormitório de Lisboa, é muito mais, é uma Cidade pujante, mais inclusiva, com renovados mecanismos de participação da população e com vários projetos inovadores que podem fazer evoluir Almada sem precedentes.

Ao nível da inclusão hoje há melhores formas de mobilidade, passeios renovados que permitem melhor passagem das cadeiras de rodas e dos carrinhos de bebé, porque quando não passa uma cadeira de rodas, também não passa de facto, um carrinho de bebé.

Claro que no quadro das novas formas de mobilidade suaves, que já aqui hoje foi falado, existem desafios acrescidos, mas sabemos que este executivo municipal continuará atento no sentido de melhorar a mobilidade de todos. A inclusão não se esgota apenas na mobilidade. Hoje também é possível aceder por exemplo, de forma mais inclusiva à cultura na Cidade de Almada, Almada respira mesmo cultura, desporto e ciência e tem hoje diversos cidadãos que se destacam nestes quadrantes.

Em matéria das renovadas formas de participação, convocamos aqui a criação de políticas públicas como o Orçamento Participativo, o Orçamento Participativo Jovem e no quadro da Juventude relevamos também a criação do Concelho Municipal da Juventude e da Assembleia Municipal Jovem e parabéns ao Rodrigo que aqui hoje esteve em sua representação.

Hoje a voz dos almadenses tem mais meios de diálogo e de proposta e podem ser ouvidas melhor estas pessoas e esta voz de Almada, para fazer a diferença no Município e ajudar a melhorar a qualidade de vida de todos.

Quanto aos projetos inovadores, referimo-nos em concreto ao projeto do Innovation District que visa criar uma cidade moderna e sustentável, mas igualmente aos projetos para a renovação da Frente Ribeirinha, do Ginjal, da Margueira e da extensão do Metro Sul do Tejo até à Costa da Caparica. Sim, a Cidade irmã, a Cidade de Almada, a maravilhosa Cidade Costa da Caparica, não pode ficar para trás no quadro do desenvolvimento urbano do Concelho de Almada.

E com esta declaração política reconhecemos o investimento que o executivo municipal tem efetuado nestas duas cidades. Consideramos assim, que a Cidade da Costa da Caparica deve mesmo de servir de lição histórica.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Ou vejamos, relembramos neste quadro aqui o trabalho do Arquiteto Caciano Brando para a Costa da Caparica que foi praia atlântica com o pormenor de solução urbanística dos anos 30, do século XX, e que não saiu do papel, em fase provavelmente por se tratar um opositor declarado o estado novo.

Serve de reflexão para aquilo que queremos 100 anos depois, ou seja, que as políticas públicas avancem ao serviço dos almadenses, que os projetos saiam do papel e em que, apesar das divergências políticas que temos, possamos convergir para a evolução da Cidade de Almada e para a melhoria da qualidade de vida das populações.

Fazemos assim votos, que aquela que foi a celebração dos 50 Anos da Cidade de Almada do passado fim de semana, onde se verificou o reconhecimento, a valorização, a festa, a animação e a participação e envolvimento de todos, sirva de exemplo e de motor para os investimentos que ainda faltam concretizar.

Os eleitos na Assembleia Municipal de Almada do Partido Socialista, através desta declaração política, assinalam os 50 anos da Cidade de Almada e desejam um futuro próspero para a Cidade, para o Concelho e para as suas gentes, comprometendo-se a continuar a trabalhar todos os dias para melhorar a qualidade de vida das populações.”

6.5 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Ana Margarida Lourenço (PS), Luís Pedro Durão (PSD).

6.5.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Não costumo pronunciar-me sobre as declarações políticas, que penso que é um ato de liberdade de cada partido, que o possa fazer, mas existem de facto coisas que eu tenho de alguma forma contrapor a uma especificamente que aqui feita.

Dar nota também, que entende o Partido Socialista, que, pelo menos é perceção com que fiquei, que se está a desvirtuar um pouco aquilo que é uma declaração efetivamente política, eu vi no passado este tipo de intervenções, num outro ponto da ordem de trabalhos, nomeadamente, na atividade municipal, mas é uma opção de cada partido e cada partido fará essa gestão da melhor forma. Não faremos isso, tentaremos sempre pautar pelo respeito daquilo que é o Regimento e aquilo que cada figura regimental efetivamente tem significado.

Mas relativamente aqui a uma questão que foi levantada sobre a segurança e sobre a educação no Concelho de Almada. Existiu um episódio que infelizmente, são episódios um pouco por todo o país e pouco por todo o mundo até, vão acontecendo com muito pouca gravidade no nosso país e ainda bem, e assim queremos que permaneça. Mas existem também um programa governamental que já tem mais de 30 anos, que é o programa “Escola Segura”, que foi ultrapassando durante todo este período, independentemente dos Governos e independentemente da cor política de cada Câmara Municipal, foi interagindo para que a escola seja hoje e sempre um lugar seguro e assim continuará a ser.

Relativamente aquilo que foi dito sobre as condições de trabalho dos trabalhadores, permita-me Senhor Deputado Municipal, só referir que esses mesmos trabalhadores que hoje são mais do que aqueles que eram no passado, porque hoje com essas competências devidamente descentralizadas na Câmara Municipal, na educação e nas escolas de Almada, o rácio de auxiliares é absolutamente cumprido em todas as escolas e, portanto, é um ganho para os nossos jovens, para as nossas crianças, para a nossa comunidade educativa no Concelho de Almada. Mas também esses trabalhadores, há uns anos atrás, viram o seu salário cortado, viram-se sem subsídio de Natal, sem subsídio de férias e, portanto, as condições que lhes são dadas, são aquelas que fizeram aumentar cerca de 20% o salário mínimo nacional desde 2015 e, portanto, entendemos que nestas coisas também tem de haver alguma seriedade, mas acima de tudo, que não seja feito um alarmismo excessivo quando temos efetivamente de insegurança no meio escolar noutros países, que nos entram muitas vezes pelas notícias e, portanto, devemos-nos sentir seguros na nossa comunidade escolar e pugnar por essa segurança e fazer também sempre a nossa parte.”



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.5.2 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Amado Durão (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Uma questão de réplica, nós não escondemos na nossa intervenção que os rácios foram cumpridos a nível do plano de descentralização. Agora, vamos ser honestos. A educação em Portugal, não está bem, e não está bem há muitos anos. Claramente que os professores não têm condições de morar nos próprios sítios onde dão aulas, os auxiliares têm condições precárias e pelo menos o que eu esperava que o Partido Socialista assumisse, é que isso não está bem, mas nem isso acontece. Parece que vivemos no país das maravilhas onde os professores e auxiliares de educação têm as melhores condições, são pessoas da Suécia.

Outra coisa que eu queria dizer, é que temos alunos em contentores, isto não é admissível num país de primeiro mundo que é Portugal. Agora, se querem considerar que Portugal não tem essas condições e, portanto, vai ser banal esse tipo de atividades e esse tipo de métodos, eu e o Partido Social Democrata não se resignam com isso e é por isso que lutamos pelo ensino público.

E agora, peço-lhe imensa desculpa, a questão dos cortes, a culpa é do Passos, estamos sempre com esta retórica nós fizemos erros, e quero que os senhores também assumem que os cometem e cometem diariamente. Portanto, nós não admitimos lições de moral nestas condições.”

6.6 – Para apresentar moções, deliberações e demais votos usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais:

6.6.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) para apresentar uma Recomendação sobre a “Instalação de Bebedouros modernos e inclusivos em Almada”;

6.6.1.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A água é imprescindível à vida e o acesso a ela é um direito inquestionável na sociedade atual. A utilização de água engarrafada é o meio mais comum de prover as necessidades enquanto estamos em deslocação, com o grande impacto ambiental que isso acarreta. Estima-se que sejam vendidas cerca de 1 milhão de garrafas de plástico por minuto em todo o mundo (*Global Packaging Trends Report*). Como referiu a vice-presidente da Comissão Europeia, Frans Timmermans, “o plástico é produzido em 5 segundos, utilizado por 5 minutos e leva 500 anos para se degradar”, um verdadeiro contrassenso.

Para fomentar a utilização de recipientes próprios, recarregáveis, várias cidades têm vindo a instalar bebedouros e pontos de abastecimento de água. Em Lisboa, por exemplo na sequência de uma parceria com a EPAL, a Geota e a Câmara Municipal, irão ser instalados 200 bebedouros por toda a cidade, que permitem o recarregamento de cantis de água, disponibilizando também água para animais de companhia de forma higiénica e segura.

Um crescente número de pessoas utiliza cantis de água e a existência de uma rede de bebedouros municipais que permitisse o abastecimento de garrafas, cumpriria o duplo propósito de fornecer água de qualidade e promover a redução de plástico.

Existem já alguns bebedouros em Almada, sobretudo nos parques e jardins da cidade, mas consideramos que por um lado não são em número suficiente e por outro precisam de ser modernizados, permitindo a sua utilização por adultos, crianças, pessoas com mobilidade condicionada, por animais de companhia, assim como o abastecimento de garrafas reutilizáveis.

Face ao exposto, vem a Representação Municipal do Partido Pessoas-Animais-Natureza propor que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 28 e 29 de junho de 2023, delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada:

A instalação de uma rede de bebedouros municipais, modernos e inclusivos que permitam a utilização por adultos, crianças, pessoas com mobilidade condicionada e também por animais de companhia, assim como o abastecimento de garrafas reutilizáveis;

A georreferenciação de todos os bebedouros e pontos de enchimentos de garrafas reutilizáveis no site da Câmara Municipal;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A continuação da promoção do consumo de água da torneira em detrimento do uso de água engarrafada em plástico."

6.6.2 – O Senhor Deputado Municipal Henrique Alexandre Margarido (PS), para apresentar um Voto de Repúdio "Sim à Liberdade e à Democracia. Não à Intolerância e ao Populismo";

6.6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Henrique Alexandre Margarido (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Partido Socialista completou, dia 19 de abril, 50 anos desde a sua fundação, mantendo-se fiel aos seus princípios e alicerçando-se na sua afirmação como grande partido da Liberdade e da Democracia.

Apesar da evolução das suas lutas e desafios, e do surgimento de novas inquietações e preocupações, o Partido Socialista tem, ao longo de meio século, trabalhado para alcançar um único objetivo: viver em Liberdade e em Paz, numa sociedade cada vez mais Democrática, Justa, Igual e Inclusiva.

Seja enquanto poder ou na oposição, nas autarquias, na Assembleia da República, enquanto Governo e na Europa, o Partido Socialista tem pugnado, através da sua ação, pela construção de um Portugal melhor, mais justo, inclusivo, livre e democrático, por mais e melhores condições de vida, pela garantia dos Direitos Sociais, desde o acesso à educação, ao trabalho, à segurança, à saúde e à habitação, e pela garantia dos Direitos Fundamentais e Humanos.

Com base nesta matriz identitária, o Partido Socialista não pode nem deve deixar de repudiar a "ação" desenvolvida no passado dia 13 de maio, em que assistimos, incrédulos, à tentativa do CHEGA em "cercar" a sede nacional do Partido Socialista, evidenciando publicamente a intenção de atacar as instalações de um partido democrático.

Cercar as sedes de partidos políticos ou entrar em eventos partidários, com o intuito de boicotar, condicionar ou limitar a liberdade de expressão – legítima – de cada cidadã e cidadão, é apelar ao que de pior existe na natureza humana, é a tentativa de ressuscitar a ditadura e o fascismo.

Em Democracia, é inalienável o respeito pela opinião de Todos, sejam a favor ou sejam contra! Contudo, urge não esquecer que a liberdade individual termina, quando se põe em causa a liberdade do outro.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Ordinária no dia 28 de junho de 2023, repudia com veemência esses comportamentos e essas práticas, reafirmando os seus ideais de Democracia e Liberdade, contra a Intolerância e Populismo."

6.6.3 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção sobre "Orçamento Participativo de Almada";

6.6.3.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Com o aprofundar das formas de participação política e cívica, depois de implementada em Portugal uma verdadeira democracia pluralista aos olhos do mundo e das civilizações modernas, as sociedades têm vindo a desenvolver mecanismos de participação direta por parte das populações, na tentativa de uma aproximação das decisões entre eleitos e cidadãos.

Um dos instrumentos que tem tido uma participação e adesão considerável, é o denominado Orçamento Participativo, onde os cidadãos são chamados e desafiados a contribuir e a participar com propostas e ideias que visem a implementação de projetos que contribuam para o desenvolvimento das suas terras.

O envolvimento da sociedade civil através dos seus cidadãos é um instrumento de plena democracia participativa, onde os mesmos têm oportunidade de gerir e dar um rumo aos recursos financeiros e orçamentais disponíveis no seu município.

Este incentivo deve ser uma obrigação de todos os municípios devendo os executivos municipais disponibilizar toda a informação e meios adequados e direcionados para a concretização da participação dos cidadãos locais, reforçando os laços de confiança entre os seus autarcas e o povo.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Assim sendo, as normas e regulamento de participação devem acompanhar o investimento e disponibilidade orçamental adequada para a implementação de projetos que caracterizem na prática, desenvolvimento das cidades colmatando necessidades locais.

O comprometimento entre os autarcas e os cidadãos locais, leva a um estreitar de relações e ajuda a solidificar a confiança com vista a uma democracia mais madura e moderna onde todos participam no seu todo.

O exercício da plena cidadania não se deve limitar às eleições locais, mas sim, na continuidade do envolvimento dos cidadãos nas tomadas de decisões e no acompanhamento da criação e implementação de políticas próximas dos mesmos que condicionam o seu quotidiano.

Tendo em conta os considerandos atrás mencionados e com o objetivo de dotar Almada de todos os instrumentos e direitos possíveis consagrados, a fim de incentivar e participação dos almadenses nos destinos do seu concelho, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 28 e 29 de Junho, na localidade de Almada, recomenda à Câmara Municipal de Almada que possa dotar o seu Orçamento Participativo num total de 500 mil euros, por concurso anual, com o objetivo de concretizar projetos no território que visem o desenvolvimento local a partir das verdadeiras e identificadas necessidades dos cidadãos.”

6.6.4 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção “Pela Criação de uma Rampa de Acesso às Finanças de Almada”;

6.6.4.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O acesso aos serviços públicos deve ser universal a todos os cidadãos, garantido o Estado todas as condições da prestação desse serviço na salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias outorgadas pela Constituição da República Portuguesa.

No patamar desses direitos e garantias, a Constituição da República Portuguesa, confere explicitamente no Artigo 71.º - (Cidadãos portadores de deficiência) a defesa dos interesses das pessoas com deficiência, criando uma discriminação positiva devidamente adequada à sua condição física e psíquica, como forma de não-exclusão de todos os cidadãos numa sociedade que se pretende justa e integradora.

Uma sociedade inclusiva é aquela que sabe integrar na plenitude e no limite da tecnologia e do desenvolvimento da ciência todos aqueles que de forma condicionada fazem usufruto do espaço público comunitário.

No que diz respeito ao acesso aos serviços públicos, o cidadão contribuinte deve estar ainda mais protegido, devendo o Estado precaver-se da eliminação de barreiras e obstáculos que coloquem em causa os direitos daqueles que se encontram condicionados devido à sua condição física.

Em Almada, na Rua Galileu Saúde Correia, o N.º8, sita no Pragal, encontra-se em funcionamento o Serviço de Finanças de Almada - 2ª Repartição, entidade descentralizada local do Estado, que serve e presta serviço aos almadenses no âmbito tributário e fiscal

No que respeita ao acesso pleno por parte de todos os cidadãos, o Serviço de Finanças de Almada - 2ª Repartição, não cumpre com os direitos e interesses dos cidadãos que se encontrem em situação de mobilidade condicionada e reduzida, nomeadamente os mais idosos e pessoas que necessitem de deslocar em cadeiras de rodas ou andarilhos.

Desta feita, para que se cumpra o direito de igualdade e de oportunidade de usufruto pleno do espaço público comunitário, no mesmo local de acesso ao serviço público do Estado, está em falta uma rampa de acesso tal como um corrimão que proteja a segurança dos mais frágeis e condicionados.

Posto isto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária do mês de junho, na localidade de Almada, nos dias 28 e 29, vem desta forma, defender e exortar as entidades públicas responsáveis, a instalar um corrimão e uma rampa de acesso ao Serviço de Finanças de Almada - 2ª Repartição, com o objetivo de corrigir exclusões no que diz respeito ao livre acesso aos serviços públicos em total inclusividade. “



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.6.5 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção “Mais e Melhor Investimento na Costa da Caparica”;

6.6.5.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Costa da Caparica, cidade à beira-mar, é uma das freguesias mais emblemáticas e com passado carismático no concelho de Almada. Todavia, o seu presente pode e deve ser muito mais daquilo que é a realidade, projetando um futuro de desenvolvimento e de prosperidade não só aos caparicanos, aos almadenses, mas também aos milhares de milhões que visitam a cidade todos os anos.

A Cidade da Costa da Caparica e a localidade da Fonte da Telha não podem ser apenas dois acontecimentos sazonais ou meramente de fim de semana dependendo do estado do tempo.

Devem em contrário, com os recursos naturais e oportunidade geográfica e natural privilegiada, ser objeto de usufruto e dinamismo todo o ano tal como acontece em muitas outras localidades costeiras por toda a Europa, onde os governos centrais e locais têm uma visão estratégica consolidada daquilo que deve ser o desenvolvimento e prosperidade em termos de economia local e de investimento sustentável capaz de oferecer territórios competitivos.

O desenvolvimento na cidade tem de passar por uma verdadeira estratégia não só ao nível do turismo e das ofertas para quem visita a Costa da Caparica, mas em primeiro lugar pela resolução dos problemas e das necessidades dos caparicanos ao nível da educação, passando por infraestruturas ao nível da cultura e da saúde.

É oportuno que as decisões políticas locais sejam fruto da auscultação e proximidade com os caparicanos, onde o poder político e os eleitos representem verdadeiramente os interesses do povo da Costa da Caparica. Ouvir e decidir em nome dos cidadãos é o primeiro passo para dirimir obstáculos e dar vida à cidade legitimada não só no voto popular, mas também nas opções e prioridades a implementar.

Com recursos naturais privilegiados, é fundamental que se possa rentabilizar o desenvolvimento necessário e desejado, aproveitando o mar, a terra e as suas gentes, convergindo em políticas direcionadas para a comunidade e para os visitantes.

Ao nível da educação, é necessária uma aposta maior no que diz respeito ao pré-escolar, disponibilizando mais oferta e melhores condições às crianças, aos pais e a toda a comunidade escolar.

Ainda na ajuda à educação é imprescindível a construção de uma biblioteca local e um centro multimédia, oferecendo à população mais oportunidade de acesso à aos meios digitais e à cultura há muito em falta na Costa da Caparica.

Em falta, está uma verdadeira agenda cultural digna desse nome que ofereça qualidade de acesso à cultura por parte dos caparicanos ajudando à divulgação da cidade não apenas como espaço balnear.

Mesmo com um novo festival em carteira (de responsabilidade privada) a juntar ao grande evento anual, o festival O Sol da Caparica, os mesmos não se podem circunscrever basicamente ao recinto dos festivais, devendo haver outras ofertas de qualidade que beneficiem toda a economia local, situação essa, que muito se queixam os comerciantes.

Também na cultura e no folclore da sua terra, o denominado Museu da Arte-Xávega, fica muito aquém do esperado e do idealizado pelas suas gentes e esperado pelos visitantes. É necessário um espaço onde se concentre todo o espólio da história e das gentes do mar da cidade.

O reconhecimento da bravura e entrega dos pescadores da Costa da Caparica, não pode ficar apenas por um museu. É necessário responder às exigências e às necessidades urgentes e pertinentes de quem escolheu como profissão enfrentar o mar para garantir o seu sustento e das suas famílias, e proporcionar alimento junto da comunidade.

A comunidade de pescadores da Costa da Caparica merece mais atenção e investimento por parte dos decisores locais e do Estado central, nomeadamente o porto de abrigo na Trafaria, e o corredor específico para que os pescadores possam trabalhar em maior segurança e com maior eficácia, tal como o seu local de trabalho em



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

terra merece um maior e mais atento cuidado por parte da autarquia, ao invés de uma amálgama de amontoados que em nada dignifica a arte e envergonha quem passa pelo local.

Em relação ao espaço de usufruto comunitário no denominado paredão, apesar de algumas melhorias, o mesmo denota no presente, um total abandono de manutenção quer também ao nível da limpeza. As muito famosas tábuas retiradas do centro da Costa da Caparica, que deram lugar, e bem, a um espaço desportivo, continuam a existir noutros locais próximos do mesmo espaço, sem que se dê uma resolução colocando em perigo quem faz uso daquele espaço.

No mesmo paredão, denota-se falta de manutenção ao nível das infraestruturas erguidas no âmbito do Programa Pólis, onde foram injetados cerca de 220 milhões de euros com o objetivo de requalificar a zona. Edificações totalmente abandonadas e obtusas, ferrugentas e passíveis de constituir diversos perigos para as populações, onde as entidades responsáveis, nomeadamente a câmara municipal, permanece inerte ao problema.

Bem perto do local, a câmara municipal não conseguiu até ao momento encontrar alternativas à ponte pedonal que, ao que parece, caiu literalmente de podre, e nem o cuidado de se remover na totalidade pequenos resíduos deixados na zona do parque de estacionamento debaixo da antiga estrutura, tornando o espaço desleixado e com marcas de abandono.

Já no que respeita aos transportes e acessibilidades, é de admitir uma melhoria. Contudo, fica ainda muito aquém de uma verdadeira e coordenada rede de transportes que possa oferecer uma melhor qualidade de mobilidade.

Um terminal de transportes verdadeiro digno de nome e de funcionalidade, é urgente na Costa da Caparica, onde possa oferecer uma melhor oferta resultante do projeto Carris Metropolitana e da desejada extensão da Metro Transportes do Sul, à Costa da Caparica, meio de transporte que em muito beneficiará os acessos e o meio ambiente que, apesar de muitas promessas da Câmara Municipal de Almada e do atual Governo, não fazem parte dos projetos a médio prazo para a cidade.

Também apesar de algumas melhorias nalgumas vias de acesso nomeadamente às conhecidas praias do Sul, muito ainda há por fazer ao nível da oferta de acessibilidades.

As entradas para as praias do Sul com má qualidade das vias e, sobretudo, o estacionamento abusivo e descontrolado que se encontra nesses locais constituem um grave problema, mas não se conhece qualquer novidade para ultrapassar o mesmo.

Ainda nos transportes, o tão apregoado e prometido Transpraia, o comboio pitoresco e mundialmente conhecido que fazia a travessia entre o centro da Costa da Caparica e a Fonte da Telha, continua sem resolução à vista, apesar das muitas promessas da câmara de Almada, que desperdiça mais uma oportunidade de excelência no que diz respeito à atratividade e à diminuição dos gases poluentes e descongestionamento de tráfego.

Outro problema que a câmara de Almada tarda em resolver é a questão dos parques de campismo da Costa da Caparica, projeto há muito falhado e que não sai do papel, com graves prejuízos já conhecidos quer para a segurança quer para o meio ambiente, persistindo em não se encontrar uma alternativa viável que beneficie quem tem direito ao seu lazer e quem pretendo usar os espaços em segurança.

Ao nível da segurança dos cidadãos num concelho que tem a mais alta taxa de criminalidade do distrito de Setúbal e um dos mais problemáticos do país segundo dados do RASI (Relatório Anual de Segurança Interna), a Costa da Caparica, tem assistido nos últimos tempos a graves problemas de criminalidade com resoluções trágicas e que não abonam em nome da imagem nem da cidade nem do concelho. É necessário dar respostas na área da segurança nomeadamente com o reforço de meios junto da GNR e localizar os focos e a origem e ónus da criminalidade recente.

A construção do novo quartel da GNR no Monte da Caparica, seria uma ajuda imprescindível, para a concretização de meios e esforços no sentido de precaver ações de criminalidade, com um maior número



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

militares nas ruas na defesa das liberdades e garantias dos cidadãos, considerando que só com um verdadeiro sentimento de segurança a localidade pode ser atrativa e fonte de investimento e desenvolvimento.

Outro problema que assola e mancha a imagem da Costa da Caparica, são os bairros de barracas e demais construções, num cenário devidamente caótico de desordenamento territorial que espelha bem a falta de estratégia e de visão da autarquia para ultrapassar o flagelo. Com um bairro de barracas (Terras da Costa) à entrada de um ex-libris local, denota bem o fracasso das políticas de habitação para o concelho ao mesmo tempo de demonstra a passividade e inércia dos responsáveis políticos locais e nacionais para a resolução do problema que tem também repercussões nas construções desordenadas da Fonte da Telha, onde também aí se denota a falta de estratégia local a juntar à recolha deficitária e amontoar de lixo e areias em locais que deveriam ser de usufruto com dignidade pelas populações e pelos visitantes.

No desporto há muito que a Costa da Caparica reivindica uma piscina olímpica que possa atrair eventos de cariz nacional e competitivo, tal como há muito que os amantes do surf desejam que seja criado o Centro de Alto Rendimento, ajudando numa maior divulgação da modalidade e do desporto praticado no recurso natural da Costa da Caparica.

Sendo a Costa da Caparica um território fundamental quer no concelho de Almada quer no contexto da grande Lisboa, e estando sob a alçada de várias tutelas quer locais quer de âmbito nacional, é necessário apelar à convergência de esforços para que haja um entendimento daquela que deverá ser uma estratégia e uma visão de excelência para um desenvolvimento competitivo e sólido na cidade e na Fonte da Telha, com mais recursos financeiros, mais oportunidades e mais investimento.

Posto isto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 28 e 29 de Junho de 2023, vem desta forma, defender junto das entidades locais em Almada, nomeadamente da Câmara Municipal e Junta de Freguesia, e das entidades nacional com tutela no território da cidade, não só mais investimento tal como um plano e uma estratégia capaz criar mais investimento e desenvolvimento à altura das oportunidades e recursos humanos e naturais e paisagísticos que a Costa da Caparica tem, com o objetivo de criar mais postos de trabalho, mais oferta, mais alternativas e sobretudo, dignidade aos caparicanos.”

6.6.6 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção sobre a “Criação dos Julgados de Paz em Almada”;

6.6.6.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os Julgados de Paz têm base constitucional (artigo 209º, nº2 da Constituição da República Portuguesa, com a epígrafe “Categorias de tribunais”), e tiveram a sua fundação com a aprovação da Lei n.º 78/2001, de 13 de julho - Lei de Organização, Competência e Funcionamento dos Julgados de Paz, ou como é conhecida, Lei dos Julgados de Paz, que viu a sua primeira alteração em 2013, pela Lei n.º 54/2013, de 31 de julho.

Estes Tribunais, ao contrário dos Tribunais Judiciais, prima por uma menor rigidez formal, fomentando desde logo a via do diálogo, da conciliação e da mediação entre as partes, e com o intuito de combater a excessiva morosidade no sistema judicial tradicional, que “usa e abusa” de expedientes dilatórios, próprios do Direito Processual.

Os Julgados de Paz tendem, antes de tudo, a servir a cidadania, um dos modos de o conseguir está em criar alívio na excessiva sobrecarga dos Tribunais” e “o caminho para tal desiderato pode e deve passar por aliviar os Tribunais judiciais de parte da sua sobrecarga e, com isto, constituir-se um objetivo mediato, importante, dos Julgados de Paz.

No início de 2002, entraram em funcionamento, a título experimental os primeiros Julgados de Paz, com a promoção de novas e diferentes formas de resolução de litígios, assentes em modelos agilizados e eficazes de jurisdição, em estreita colaboração com as autarquias, e numa perspetiva de proximidade entre a jurisdição e os cidadãos.

A competência dos julgados de paz é exclusiva a ações declarativas, contudo, o legislador atribui-lhes competência material, relativamente a pedidos de indemnização cível, emergentes da prática dos crimes de



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

ofensas corporais simples; ofensa à integridade física por negligência; difamação; injúrias; furto simples; dano simples; alteração de marcos; burla para obtenção de alimentos, bebidas ou serviços, sendo que o valor das ações não pode ser superior a EUR 15.000,00.

Nos Julgados de Paz pretende-se descomplicar, simplificar todos os atos processuais que poderiam significar um quebra-cabeças para o cidadão comum e inibi-lo de exercer um seu direito fundamental constitucionalmente consagrado, o direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva, decorrendo daí que, nestes tribunais, simplicidade seja sinónimo de informalidade, de utilidade, de celeridade, de decisão em prazo razoável.

Deste modo, a Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 28 de junho na localidade de Almada, defende a criação e implementação com celeridade dos Julgados de Paz no concelho de Almada, considerando um instrumento fundamental de direito e do acesso à justiça junto dos cidadãos, ao mesmo tempo que desburocratiza os processos morosos do tradicional sistema judiciário, agilizando e acelerando a justiça."

6.6.7 – O Senhor Deputado Municipal Luis Daniel Jacinto (CDU), para apresentar uma Saudação "Aumentar salários e pensões. Defender, garantir e melhorar direitos. Valorizar o trabalho e os trabalhadores. Combater a exploração";

6.6.7.1 – O Senhor Deputado Municipal Luis Daniel Jacinto (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A situação em que vivem milhões de portugueses – trabalhadores, reformados e pensionistas, estudantes, jovens trabalhadores –, levou a que hoje trabalhadores paralisassem em centenas de empresas, e que milhares se manifestassem nas ruas de Norte a Sul e nas Regiões Autónomas do Açores e da Madeira, exigindo o aumento dos salários e pensões, que permita repor o poder de compra e garantir um futuro para quem vive e trabalha no nosso país.

Tem sido a luta incansável e determinada em todos os sectores de atividade, e também pelos reformados e pensionistas, que tem forçado a tomada de medidas pelo Governo, ainda que muito limitadas e insuficientes, seja no que diz respeito à reposição do valor das pensões – limitado, insuficiente e em atraso –, seja no que diz respeito aos preços da alimentação – cujas medidas adotadas têm um efeito residual, não conduzindo à redução nem controlando verdadeiramente os preços –, seja a "atualização salarial intercalar" para os trabalhadores da Administração Pública – de uma insuficiência gritante.

Estas alterações, ainda que muito insuficientes, e não fazendo frente ao capital nem rompendo com as imposições da União europeia (UE), provam que a tese, repetida até à exaustão pelo governo, de que não é possível ir mais longe, cai por terra com a força da luta dos trabalhadores, que urge desenvolver e intensificar, para forçar a mudança de rumo.

Também no sector privado, é a luta dos trabalhadores que tem permitido aumentar salários, defender e conquistar novos direitos, reduzir horários e rejeitar adaptabilidades e bancos de horas, combater a precariedade e garantir a aplicação de direitos consagrados na contratação coletiva.

O governo do PS deve dar resposta aos anseios da população em geral, às reivindicações dos trabalhadores pois o que o país precisa é de políticas que reduzam as desigualdades, exclusões e discriminações através de uma mais justa distribuição da riqueza.

O Governo deve ainda bater-se pela baixa da taxa de juro para níveis comportáveis do ponto de vista social. Para tal, tem de implementar medidas imediatas que coloquem o sector financeiro a suportar os aumentos impostos nos juros dos créditos à habitação.

A retoma das regras do défice e da dívida já anunciada, significa a intensificação da pressão e chantagem para limitar o investimento público, cortar nos salários e nos direitos dos trabalhadores e promover o desinvestimento nos serviços públicos e funções sociais do Estado.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal delibere:

1 - Saudar a justa luta que hoje trabalhadores, reformados e pensionistas realizaram em todo o País.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

2 - Reafirmar a urgência do aumento geral dos salários e pensões, da revogação das normas gravosas da legislação laboral e dos “acordos” que empobrecem quem trabalha e enchem os bolsos ao patronato com benefícios fiscais; pelo fim da especulação que beneficia os grandes grupos económicos; pelo controlo e redução dos preços de bens e serviços essenciais, taxar os lucros das grandes empresas; pelo reforço do investimento nos serviços públicos e funções sociais do Estado e pela alteração do rumo da política que tem vindo a ser seguida e que empurra um número crescente de trabalhadores para a pobreza.”

6.6.8 – A Senhora Deputada Municipal Fátima Maria Marras (BE), para apresentar uma Saudação ao “Bloqueio da Ponte 25 de Abril em 24 de junho de 1994”;

6.6.8.1 – A senhora Deputada Municipal Fátima Maria Marras (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Almada comemora o dia 24 de junho, dia de S. João, como o seu dia, porque a lenda diz que terá sido nesse dia, que em 1147, Almada foi conquistada aos mouros. Porém não é lenda que no dia 24 de junho de 1994 se realizou, nesta cidade, uma das maiores ações de protesto e desobediência civil em quase 50 anos de democracia.

Em 1994, face a um aumento das portagens da Ponte 25 de Abril, realizou-se um bloqueio que mobilizou Almada e o país. Não havia razão para esse aumento. Aquando da inauguração da ponte havia a promessa de que as portagens cessariam quando esta estivesse paga, o que já tinha acontecido. Os transportes coletivos eram, e continuam a ser deficientes. Os protestos duraram vários dias, motivaram uma das mais brutais intervenções policiais da democracia portuguesa. Nessa intervenção o jovem Luís Miguel foi baleado pela polícia, ficando tetraplégico, crime nunca punido.

Este protesto é geralmente visto como o fim do cavaquismo que, pouco depois, seria derrotado nas eleições. O então ministro responsável por esta estrutura e por esta primeira PPP (Parceria Público Privada), acabou por dirigir a empresa que explora a Ponte.

Os problemas de 1994 não são muito diferentes dos problemas de hoje, continuamos a pagar portagem, este ano ela aumentou mais do que os salários. As filas na ponte continuam, o que deteriora a qualidade de vida da população de Almada e toda a Margem Sul. Os transportes coletivos, apesar da entrada em funcionamento da linha férrea, continuam deficientes, em especial na Transtejo que está numa profunda degradação. O Rio continua a ser uma barreira.

Reunida nos dias 28 e 29 de junho de 2023 a Assembleia Municipal de Almada:

1. Saúda o Bloqueio da Ponte 25 de abril, como um momento alto do movimento popular em Portugal;
2. Exige a abolição das portagens que colocam as populações da Margem Sul numa situação de desigualdade;
3. Manifesta a sua solidariedade com Luís Miguel, baleado durante o bloqueio;
4. Sublinha que a única solução para as enormes filas da ponte é a melhoria dos transportes coletivos;
5. Apela à melhoria destes transportes, dotando-os de mais frequência, mais pontos de partida e chegada na Margem Sul e na Margem Norte.”

6.6.9 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE), para apresentar uma Recomendação “Pela Salvaguarda dos serviços de creche do Centro Paroquial de Cacilhas”;

6.6.9.1 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Centro Paroquial e de Bem-Estar Social de Cacilhas concede serviços de creche a mais de 70 crianças e emprega quase 30 trabalhadores.

O protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal de Almada e o Centro Paroquial de Cacilhas é relativo a uma situação temporária de ocupação do espaço da antiga Escola Conde Ferreira, face a uma situação de risco nas



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

anteriores instalações da instituição. Situação temporária cuja data-limite se aproxima, verificando-se a obrigatoriedade da instituição de liberar o espaço.

O contrato de comodato em vigor que tem sido renovado anualmente e que concede a cedência do espaço termina no final de agosto. A Câmara Municipal de Almada decidiu não prolongar este contrato e o centro paroquial não conseguiu encontrar outro espaço para o seu funcionamento, vendo-se obrigado a abandonar as instalações e a cessar serviços, nomeadamente de creche.

Num momento de grande dificuldade de acesso a vagas de creche em Almada e na Área Metropolitana de Lisboa, a perspetiva de encerramento das valências desta IPSS coloca dezenas de crianças em risco de ficarem sem serviços de educação e cuidados.

Perante a atual conjuntura de grande dificuldade económica e social em que a população enfrenta um aumento brutal do custo de vida e a redução do seu poder de compra, o acesso a serviços de cuidados e educação, nomeadamente na valência de creche, é ainda mais dificultado.

O encerramento do Centro Paroquial de Cacilhas vai ainda desempregar quase 30 pessoas, funcionários cuja empatia, relação, formação e qualidade são altamente reconhecidas pelas famílias que frequentam os serviços deste espaço.

O encerramento súbito e para breve do Centro Paroquial de Cacilhas representa um corte severo na estabilidade da vida dos seus trabalhadores, com pouco tempo para se adaptarem e encontrarem alternativas laborais.

A informação comunicada aos utentes é que a creche não funcionará após o final de julho, contrariamente ao que era esperado pelas famílias, que contava com o funcionamento dos serviços até ao fim da primeira quinzena de agosto.

Se já é difícil encontrar soluções para o próximo ano letivo, tal será ainda mais grave para verificar alternativas para agosto com a diferença de pouco mais de dois meses.

A instituição chegou a ter uma candidatura aprovada ao programa PARES, tendo depois abandonado a mesma, face à garantia da empresa responsável por investimentos no âmbito do Plano de Pormenor do Ginjal em financiar a construção de um novo espaço em Cacilhas. O Centro Paroquial de Cacilhas já revelou estar a aguardar de que a empresa responsável venha a financiar na sua totalidade o futuro equipamento para serviços da instituição, esperando-se que esta solução demore 4 anos a concretizar-se.

Sendo verdade que não é responsabilidade da câmara assegurar um serviço privado, reconhecendo alguma falta de comunicação e transparência e que o espaço da escola Conde de Ferreira não reúne as condições ideais, não é menos verdade que o serviço à comunidade e a garantia de educação e dos das crianças deve ser um desígnio prioritário do município.

Perante a iminência do encerramento dos serviços do Centro Paroquial de Cacilhas e a insuficiência de respostas alternativas para as mais de 70 crianças e quase 30 funcionários num curto espaço de tempo, é necessária uma solução que não abandone as famílias e os trabalhadores.

A Câmara Municipal de Almada pode e deve considerar, dada a situação de precariedade, prolongar durante mais um ano a título excecional a ocupação do atual espaço do Centro Paroquial de Cacilhas, dando às famílias e trabalhadores mais tempo para encontrarem soluções.

Assim, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 28 de junho de 2023, delibere:

- Recomendar à Câmara Municipal de Almada que considere junto da direção do Centro Paroquial e de Bem-Estar Social de Cacilhas prorrogar o contrato de comodato das instalações por um ano, assegurando os serviços em agosto de 2023 e para o ano letivo de 2023-24, permitindo às famílias e trabalhadores encontrar alternativas em tempo útil."

6.7 – No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Margarida Ramires Paulos (PAN), José António Rocha (BE), Presidente da Câmara Municipal.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.7.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CHEGA irá apresentar a sua intenção de voto e declaração de voto sobre as propostas hoje aqui apresentadas à Assembleia Municipal.

Iremos votar a favor de um grande número de propostas apresentadas hoje.

Iremos apoiar as propostas sobre os bebedouros em Almada, a rampa de acesso às finanças, mais e melhor investimento na Costa da Caparica, Julgados de Paz, que tivemos já a oportunidade de falar com a Senhora Presidente na reunião do direito à oposição e que consta inclusivamente, no nosso programa autárquico; iremos votar a favor da saudação sobre o bloqueio na Ponte, não pela questão ideológica, mas concordamos com a necessidade de melhoria dos transportes público de forma geral, assim como concordamos com a necessidade de acabar com a discriminação feita às populações da Margem Sul com esta portagem.

Passados tantos anos, continua a não avançar o projeto “Mais uma Ponte sobre o Tejo”, e a proposta do túnel continua a não estar agendada para discussão por este Governo.

Queremos associarmo-nos à moção sobre o Centro Paroquial de Cacilhas, temos estado permanentemente em contacto com as entidades, sobretudo com os pais e mães que utilizam este serviço, e a atitude irresponsável do executivo camarário em decretar o fim do atual contrato comodato estabelecido com a Direção a 31 de agosto, é inaceitável.

Insistimos para que o executivo camarário reverta esta situação ou que crie uma alternativa válida para evitar o transtorno aos munícipes.

Relativamente à vergonhosa moção de repúdio apresentada pelo PS, cabe-nos dizer o seguinte: mais uma vez assistimos a um ataque à nossa Constituição por parte do Partido Socialista. O direito à manifestação está consagrado na Constituição da República Portuguesa. É exatamente o mesmo direito usado pelas estruturas sindicais quer do PCP, quer do PS, para se manifestarem em torno da Assembleia da República, em torno de Ministérios, em torno de Empresas Públicas e Privadas.

Repúdio é uma manifestação autorizada pelas instâncias competentes, é para além de um atentado à nossa Constituição, um ataque feroz à liberdade e à democracia. Liberdade e democracia, definitivamente duas palavras que o Partido Socialista parece ter revelado desconhecer.

O mesmo Partido Socialista que no Parlamento acabou com os debates quinzenais para não ter que responder à oposição. O mesmo Partido que alterou as regras de funcionamento no Parlamento, para condicionar a ação dos partidos políticos. O Partido que recusa a representação do 3º Partido mais votado, o CHEGA, para Vice-Presidente da Assembleia.

O Governo PS, o Governo com o maior número de processos de corrupção, um Governo que nos brinda com uma novela Hollywoodesca na gestão da TAP, lesando em muito o erário público. Um Governo que silencia forças de segurança, um Governo que atenta contra os professores e os seus direitos. E de uma forma populista, lá vem novamente a vitimização.

Os Senhores aproveitaram a fábula do Pedro e do Lobo, mas com uma diferença, o PS é o mesmo tempo o Pedro que grita histérico e o Lobo que retira liberdades com as vossas políticas.

Nunca a Constituição Portuguesa foi tão atacada como nestes últimos tempos. A vossa maioria absoluta é indistinguível do Governo Tutorial da Venezuela.

O Governo com maior número de membros com queixas em Tribunal, um Governo que brinca com a justiça.

É este o partido que se considera defensor da democracia e a liberdade. Governo que queria colocar selos de qualidade e criar estruturas de verificação de dados e que novamente mostra a hipocrisia quando o Presidente desta mesma Assembleia é apanhado pelo Polígrafo a partilhar notícias e fotos manipuladas.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Mas percebo a vossa perplexidade de ver a população com o CHEGA junto à sede do PS, até percebo perfeitamente o vosso receio, afinal de contas estão sempre com medo que quem lá apareça seja a Polícia Judiciária para investigar mais um caso.

Somos intolerantes apenas ao desgoverno do PS e da corrupção, somos intolerantes à tentativa do PS de calar e de censurar parte da população. 25 de Abril sempre, censura nunca. O lápis rosa não passará.”

6.7.2 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados /as Municipais;

Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes, já que me citou diretamente, apenas para dizer o seguinte: de facto, partilhei uma imagem que me pareceu até ser verossímil tendo em conta as posições passadas relativamente ao CHEGA e ao apoio da sua família política ao regime Russo. Ainda assim, quando percebi que a imagem era manipulada apaguei-a porque não faço aquilo que o CHEGA faz e que os seus eleitores fazem que é: propagar informação falsa e manipulada, como aliás, até fizeram há pouco tempo com um cartaz com o líder do PSD, Luis Montenegro, não o faço com o intuito de provocar desinformação no espaço público. Portanto, naturalmente, apaguei a mensagem e quando fui contactado pelo Polígrafo, confirmei que tinha partilhado a fotografia e que tinha apagado quando percebi que era falsa, porque me pareceu que era também o meu dever.”

6.7.3 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados /as Municipais;

O PAN irá votar a favor a maioria dos documentos apresentados deixando apenas aqui algumas notas.

Estamos naturalmente solidários com o PS e também repudiamos a tentativa de cerco à Sede Nacional do Partido Socialista.

Aquando da campanha eleitoral, a comitiva do PAN, também foi cercada por alguns defensores das touradas, numa tentativa intimidatória por quem não tem capacidade argumentativa para debater as suas ideias e mostrar o seu descontentamento pelos ideais que defendemos sem recurso à violência. A violência utilizada pelos fracos, por aqueles que não têm capacidade intelectual e emocional para discordar ou discutir ideias, usando a violência física ou verbal como único argumento que dispõe.

Concordamos com as moções do CDS-PP relativamente ao Orçamento Participativo, tendo também o PAN questionado também o executivo sobre este tema através de requerimento.

Concordamos também com os Julgados da Paz e sobre a construção da rampa de acesso às finanças de Almada, considerando, no entanto, que o acesso a edifícios públicos por pessoas com mobilidade condicionada tem que ser uma realidade, sendo que são vários os edifícios que ainda não o permitem.

Quanto à moção sobre o 25 de Abril, concordamos na sua essência sobretudo na necessidade de melhoria dos transportes públicos que nos parece a parte mais relevante da moção.

Sobre a moção do CDS-PP que pede mais e melhor investimento para a Costa da Caparica, o PAN e creio que todos os presentes, pretendem ver todo o nosso Concelho mais desenvolvido, mas de forma sustentável.

Sendo a pesca uma das atividades que mais provoca lixo marinho, dizima centenas de espécies, destrói inúmeros habitats marinhos para não falar do sofrimento e morte de biliões de animais, os que acabam no prato ou são simplesmente descartados porque não se vem para vender, sobretudo na pesca de arrasto como é o caso da Xávega, o PAN não pode senão abster-se nesta moção.

Finalmente, estamos solidários com a situação da Creche do Centro Paroquial de Cacilhas, mas entendemos também os constrangimentos e as dificuldades apresentadas.”

6.7.4 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados /as Municipais;

É apenas para revelar o nosso sentido de voto aos documentos apresentados.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Relativamente às moções apresentadas pelo CDS-PP, votaremos todas a favor, relembrando, no entanto, que em abril de 2022, o Bloco de Esquerda apresentou uma moção, propondo precisamente a criação de um Julgado de Paz em Almada, bem como a disponibilização de uma infraestrutura adequada ao seu funcionamento e que a mesma foi aprovada por unanimidade em Assembleia Municipal.

Votaremos a favor das moções apresentadas pelo PAN e pelo Partido Socialista.

Associamo-nos em particular ao voto de saudação apresentado pela CDU relativo à luta dos trabalhadores por um país mais justo e igual.

Solidarizamo-nos com a moção apresentada pelo Partido Socialista acerca da intolerância que infelizmente continua a ser propagada no nosso país por movimentos populistas e antidemocráticos. Saber viver com a diferença deveria ser uma prerrogativa básica para quem vive num país com uma história marcada pela diversidade, pela multiplicidade de culturas e credos e pensamento. São muitas de facto, as diferenças que nos separam, mas independentemente do que nos separa, é fundamental que seguimos juntas e juntos na luta contra o ódio.”

6.7.5 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados /as Municipais;

Quero apenas esclarecer dois ou três pontos que nos parecem importantes.

O primeiro dos pontos, explicar o Orçamento Participativo que já está em marcha e que foi a nosso ver uma das grandes vitórias que temos e é para nós um grande orgulho, vai ter as suas primeiras obras inauguradas penso que, para a semana ou para depois. Neste momento o orçamento é de 250.000.00€ (duzentos e cinquenta mil euros), 50.000.00€ (cinquenta mil euros) por Junta, e a razão pela qual nós determinamos este montante relativamente pequeno, é porque só estamos na primeira edição e era também para criar hábitos às pessoas de poderem participar no Orçamento Participativo, sendo que também há o Orçamento Participativo Jovem.

A outra é também uma questão que é para nós muito importante. As pessoas quando votam no Orçamento Participativo, querem, ver a obra realizada. Ora, obras de maior monta implicam projeto, empreitada, e que aliás, foi o que aconteceu porque muitos dos projetos que foram aprovados naturalmente, ultrapassaram esses montantes, razão pela qual a capacidade que a Câmara Municipal tem de dar no próprio ano a resposta, é menor. Nós nunca excluímos e desde o início dissemos, de poder vir a aumentar esse orçamento. Agora, também não temos dúvidas que qualquer obra que seja uma obra mais estrutural como algumas delas foram, não se conclui no ano em curso ou no ano do Orçamento Participativo. Foi a razão pela qual, tendo nós em vista a possibilidade de vir a aumentar, assumimos um montante de 50.000.00€ (cinquenta mil euros) por Freguesia, para que fossem projetos possíveis de fazer durante o ano, até porque ao nível das empreitadas até está ao nível do ajuste direto que como sabem é um montante diferente dos outros ajustes diretos, é um bocado mais simples.

Portanto, não querendo interferir na votação dos Senhores Deputados Municipais, parece-nos que era importante dar esta explicação.

Relativamente à questão das acessibilidades, só dar nota que o edifício não é municipal, e, portanto, as acessibilidades das finanças, não é um edifício no qual a Câmara Municipal possa ir fazer obra sem a concordância aliás, de todo o condomínio e sob responsabilidade das próprias finanças o que não deixa de valer uma recomendação que se venha a fazer.

Relativamente à questão do Centro Social de Cacilhas que é a questão aqui trazida, dar nota, das reuniões que tivemos, também já tivemos com a Direção do Centro Social e Paroquial de Cacilhas, como temos estado ao longo destes quatro anos, tivemos com os pais e de uma forma muito breve dar nota aos Senhores Deputados Municipais o ponto da situação.

O que está em causa aqui, não é o espaço, é o Centro Social e Paroquial de Cacilhas poder garantir a sua continuidade enquanto instituição tanto de creche como de apoio a idosos. O facto de estarem num espaço que é precário, depende da concordância tanto da Segurança Social como da DGEST, foi isso que nós transmitimos ao Centro Social e Paroquial. Lamentamos e repito aquilo que já disse várias vezes, lamentamos que todo o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

trabalho que foi iniciado, sempre em articulação com a Câmara Municipal, com a Segurança Social e com o Centro Social e Paroquial de Cacilhas, foi sempre um trabalho em conjunto, tenha sido interrompido com uma desistência a uma candidatura para a qual inclusivamente a Câmara Municipal estava disponível como esteve para outras em termos idênticos, a apoiar uma candidatura ao PARES, que tinha sido aprovada e que depois caiu. O Centro Social e Paroquial, sabe bem quais são os prazos e infelizmente, um pouco imprevisíveis da obra do Ginjal. Nós garantimos junto da Autoridade Tributária, foi um esforço que fizemos, garantimos, porque o terreno onde estão inclusivamente, nem é do Município, tem um ónus de reversão à Autoridade Tributária, convencemos a Autoridade Tributária disponibilizando um terreno nosso para que o Centro Social e Paroquial nunca perdesse esse direito e que as finanças autorizassem a colocação num terreno que é municipal para a nova construção. Avisamos que essa construção está dependente de decisão ainda de tribunais, para o Grupo Afavia avançar. Estivemos juntos quando houve a possibilidade de se fazer um equipamento junto ao Seminário e de repente somos confrontados com uma desistência e mais do que isso, fomos também confrontados com uma decisão do Centro Social e Paroquial, em que exigiu que a Câmara Municipal não estivesse presente nas reuniões que tem ao nível dos protocolos com a Segurança Social e a DGEST.

Portanto, esse facto foi comunicado à Direção, foi reafirmado pelo Senhor Padre que disse que a Câmara Municipal não tem que estar nas nossas negociações com o protocolo, tem toda a razão, não temos que estar, é verdade, estávamos numa tentativa de conciliação e para agilizarmos e ajudarmos como sempre estivemos, e, portanto, neste momento a Câmara Municipal não tem informação sequer, sobre se o Centro Social e Paroquial tem a garantia de poder continuar a funcionar. A Câmara Municipal não pode prorrogar já o prorrogou durante 4 anos, o período, não tem nenhum tipo de condições de estar a prorrogar licenças, a quem não dá nenhum comprovativo de poder continuar a sua atividade.

Percebemos perfeitamente como percebemos desde o primeiro dia a angústia dos pais, e naturalmente, que também percebemos a aflição dos trabalhadores, razão pela qual desde a primeira hora que foi necessário evacuar o espaço onde estavam, a Câmara Municipal abdicou dos planos que tinha para a escola, se disponibilizou, esteve ao lado do Centro Social e Paroquial de Cacilhas, e, portanto, é para nós totalmente incompreensível esta alteração de atitude da Direção que ainda por cima é mesma, e ainda mais incompreensível é, depois de terem tomado uma opção de que não queriam a Câmara Municipal envolvida, tentar responsabilizar a Câmara Municipal, por não terem um espaço do qual disseram claramente, que não queriam que o proprietário do espaço estivesse envolvido na resolução da falta de espaço.

Tentei ser o mais breve possível, é um momento difícil, já disse várias vezes, que nos preocupa, mas aguardamos que haja da parte do Centro Social e Paroquial um sinal qualquer, de que ao menos acertou com as entidades competentes e que os autorizam a manter a sua atividade.

Dizer também que inclusivamente, encontramos espaços alternativos, que o Centro Social e Paroquial recusou sob pretexto de que não poderia investir nesses espaços alternativos, mas veio dizer que estaria disponível, para investir num espaço onde está, onde a obra necessária, porque é um espaço que de facto não tem condições, que precisa de obras estruturais, onde a obra que precisa para eles se manterem em segurança, é no mínimo 3 a 4 vezes superior, do que é as obras que seriam necessárias, no espaço alternativo que é privado, é verdade, mas que nós estávamos disponíveis a sermos porta-voz, que era pequenos arranjos e que inclusivamente, já estávamos em conversações com a Segurança Social, para a Segurança Social também aceitar. E os números que digo aqui é fictício dizer, não vamos ara aí porque custa cem de obras, mas queremos nos manter no sítio onde estamos, disponíveis a pagar quatrocentos, nós temos alguma e eu volto a dizer, os números que referi aqui são fictícios, é a título de exemplo, continuamos a não perceber esta atitude da Direção.

Portanto, é com grande pena minha, mas também com a frontalidade que já me conhecem, que é para nós totalmente incompreensível a forma como este assunto está a ser gerido, por quem de direito, pelos representantes da instituição.”

7 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H30, deu-se por concluída a Primeira Reunião da Sessão Ordinária de junho da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda na Segunda Reunião, prevista para 29 de junho, pelas 21H00.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

8 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal, da Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira, dos/as Vereadores/as Senhores/as José Pedro Ribeiro, Francisca Parreira, Débora Figueiredo Rodrigues, Maria das Dores Meira, António Matos, Helena Azinheira, Tiago David Galveia, Jefferson Oliveira e Miguel Salvado.

9 – Foi verificada a presença de cerca de quarenta munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

10 – Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____ *[Signature]*

O 1º SECRETÁRIO _____ *[Signature]*

A 2ª SECRETÁRIA _____ *[Signature]*